



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
CAMPUS CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**ALEX TRISTÃO DE SANTANA**

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA  
AUTOMOBILÍSTICA EM CATALÃO E AS MUDANÇAS NO  
TRABALHO**

**CATALÃO (GO)**

**2011**

**ALEX TRISTÃO DE SANTANA**

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA  
AUTOMOBILÍSTICA EM CATALÃO E AS MUDANÇAS NO  
TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do Território.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

**CATALÃO (GO)**

**2011**

TERMO DE APROVAÇÃO

ALEX TRISTÃO DE SANTANA

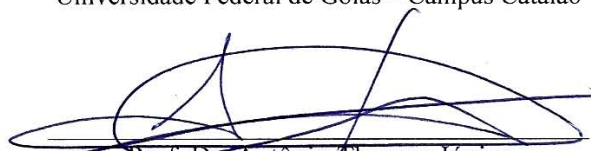
**A TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA  
AUTOMOBILÍSTICA EM CATALÃO E AS  
MUDANÇAS NO TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia da  
Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça  
Orientador e Presidente da Banca  
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão



Prof. Dr. Antônio Thomaz Júnior  
Membro Externo  
Universidade Estadual de São Paulo – Presidente Prudente



Prof.ª Dra. Carmem Lúcia Costa  
Membro Interno  
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão

Aprovada em 03 de junho de 2011.

**Aos meus pais,**

**Artur Oscar de Santana Neto**, camponês e operário,

pelo encorajamento para enfrentar a vida e vencer os obstáculos e

**Angela Aparecida Tristão de Santana**, trabalhadora e mulher do lar,

pelo incentivo nas horas mais difíceis e por acreditar que

a educação é fundamental para o conhecimento

e para a formação do caráter das pessoas,

**aos trabalhadores**, que, mesmo vivenciando os mais diversos estágios

de precarização existentes na sociedade capitalista atual, apontam para

a necessidade da resistência e da luta emancipatória.

## AGRADECIMENTOS

Toda pesquisa é resultado de um esforço coletivo. Muitas pessoas e instituições foram fundamentais para a realização desta pesquisa, às quais gostaria de externar meus sinceros agradecimentos:

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, que muito contribuíram para a minha formação.

Aos professores da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, José Henrique Stacciarini, Helena Angélica de Mesquita, Gilmar Alves Avelar e José de Lima Soares, pelo incentivo e contribuição.

Aos professores Antônio Thomaz Júnior e Carmem Lúcia Costa por, todas as observações e contribuições feitas no exame de qualificação.

Aos companheiros do GETeM, que contribuíram na realização do trabalho de campo, especialmente ao Ricardo, ao Anderson e ao Santiago.

Aos amigos, André Luis e José Carlos, que, mesmo atarefados, se disponibilizaram, de boa vontade, a auxiliar na realização do trabalho de campo.

À Tatielle, admirável companheira, que compartilhou comigo os momentos de angústia, intenso trabalho e comemoração, sempre me incentivando nas horas mais difíceis.

Às minhas irmãs, Fabiana e Fernanda, por todo o incentivo e o apoio dados na realização da pesquisa.

Aos companheiros e companheiras da empresa MMC e terceiras, que me receberam e deram todas as informações de que necessitei e que, por motivos de força maior, não posso aqui divulgar os nomes.

Aos companheiros do SIMECAT, que sempre me receberam e dispuseram as informações e dados de que precisei para a elaboração da pesquisa.

Ao Carlos Albino e ao Thiago Cândido, por concederem, gentilmente, as entrevistas para a realização da pesquisa.

Aos companheiros dos Correios que, de boa vontade, possibilitaram a minha ausência para freqüentar as aulas e as atividades do Mestrado, especialmente Flávio, Alan, Juarez, Clênio, Elísia, Vanderlei e Fábio.

Ao diretor regional dos Correios em Goiás, Eugênio Montenegro, e ao

gerente da região operacional de Itumbiara, Fernando Selvino, por autorizarem minha liberação para realizar as atividades do Mestrado.

Aos companheiros do PC do B de Goiás, Fábio Tokarski e Ailma Maria, pela contribuição e incentivo na realização da pesquisa.

Aos companheiros de turma, Luciano Abrão, Altacir Bunde, Gabriel de Melo, Letícia Garcindo, Kelly Cristina, Roberli Guimarães, José Aparecido Dourado, e a muitos outros que compartilharam conosco os diversos momentos de aprendizado e descontração.

Um agradecimento especial ao professor Marcelo Rodrigues Mendonça, pela amizade e pela orientação, fundamental para a realização da pesquisa.

À Branca, pelas correções e contribuições dadas ao texto, assim como pelo debate e aprimoramento de algumas idéias.

Enfim, aos funcionários da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, instituição pública de ensino gratuito, composta por profissionais competentes que garantem o ensino de qualidade prestado à sociedade, que me possibilitou cursar o Ensino Superior e chegar a Pós-Graduação. Um muito obrigado a todos.

## OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

Era ele que erguia casas  
Onde antes só havia chão.  
Como um pássaro sem asas  
Ele subia com as casas  
Que lhe brotavam da mão.  
Mas tudo desconhecia  
De sua grande missão:  
Não sabia, por exemplo  
Que a casa de um homem é  
um templo  
Um templo sem religião  
Como tampouco sabia  
Que a casa que ele fazia  
Sendo a sua liberdade  
Era a sua escravidão.

De fato, como podia  
Um operário em construção  
Compreender por que um  
tijolo  
Valia mais do que um pão?  
Tijolos ele empilhava  
Com pá, cimento e esquadria  
Quanto ao pão, ele o comia...  
Mas fosse comer tijolo!  
E assim o operário ia  
Com suor e com cimento  
Erguendo uma casa aqui  
Adiante um apartamento  
Além uma igreja, à frente  
Um quartel e uma prisão:  
Prisão de que sofreria  
Não fosse, eventualmente  
Um operário em construção.

Mas ele desconhecia  
Esse fato extraordinário:  
Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.  
De forma que, certo dia  
À mesa, ao cortar o pão  
O operário foi tomado  
De uma súbita emoção  
Ao constatar assombrado  
Que tudo naquela mesa  
– Garrafa, prato, facão –  
Era ele quem os fazia  
Ele, um humilde operário,  
Um operário em construção.  
Olhou em torno: gamela  
Banco, enxerga, caldeirão  
Vidro, parede, janela  
Casa, cidade, nação!  
Tudo, tudo o que existia  
Era ele quem o fazia  
Ele, um humilde operário  
Um operário que sabia  
Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento  
Não sabereis nunca o quanto  
Aquele humilde operário  
Soube naquele momento!  
Naquela casa vazia  
Que ele mesmo levantara  
Um mundo novo nascia  
De que sequer suspeitava.  
O operário emocionado  
Olhou sua própria mão  
Sua rude mão de operário  
De operário em construção  
E olhando bem para ela  
Teve um segundo a  
impressão

De que não havia no mundo  
Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão  
Desse instante solitário  
Que, tal sua construção  
Cresceu também o operário.  
Cresceu em alto e profundo  
Em largo e no coração  
E como tudo que cresce  
Ele não cresceu em vão  
Pois além do que sabia  
– Exercer a profissão –  
O operário adquiriu  
Uma nova dimensão:  
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu  
Que a todos admirava:  
O que o operário dizia  
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim  
Começou a dizer não.  
E aprendeu a notar coisas  
A que não dava atenção:

Notou que sua marmíta  
Era o prato do patrão  
Que sua cerveja preta  
Era o uísque do patrão  
Que seu macacão de zuarte  
Era o terno do patrão  
Que o casebre onde morava  
Era a mansão do patrão  
Que seus dois pés andarilhos  
Eram as rodas do patrão  
Que a dureza do seu dia  
Era a noite do patrão  
Que sua imensa fadiga  
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!  
E o operário fez-se forte  
Na sua resolução.

Como era de se esperar  
As bocas da delação  
Começaram a dizer coisas  
Aos ouvidos do patrão.  
Mas o patrão não queria  
Nenhuma preocupação  
– “Convençam-no” do  
contrário –  
Disse ele sobre o operário  
E ao dizer isso sorria.

Dia seguinte, o operário  
Ao sair da construção  
Viu-se súbito cercado  
Dos homens da delação  
E sofreu, por destinado  
Sua primeira agressão.  
Teve seu rosto cuspido  
Teve seu braço quebrado  
Mas quando foi perguntado  
O operário disse: Não!

Em vão sofrera o operário  
Sua primeira agressão  
Muitas outras se seguiram  
Muitas outras seguirão.  
Porém, por imprescindível  
Ao edifício em construção  
Seu trabalho prosseguia  
E todo o seu sofrimento  
Misturava-se ao cimento  
Da construção que crescia.

Sentindo que a violência  
Não dobraria o operário  
Um dia tentou o patrão  
Dobrá-lo de modo vário.  
De sorte que o foi levando  
Ao alto da construção  
E num momento de tempo  
Mostrou-lhe toda a região  
E apontando-a ao operário  
Fez-lhe esta declaração:  
– Dar-te-ei todo esse poder  
E a sua satisfação  
Porque a mim me foi  
entregue  
E dou-o a quem bem quiser.  
Dou-te tempo de lazer  
Dou-te tempo de mulher.  
Portanto, tudo o que vês  
Será teu se me adorares  
E, ainda mais, se  
abandonares  
O que te faz dizer não.

Disse, e fitou o operário  
Que olhava e que refletia  
Mas o que via o operário  
O patrão nunca veria.  
O operário via as casas  
E dentro das estruturas  
Via coisas, objetos  
Produtos, manufaturas.  
Via tudo o que fazia  
O lucro do seu patrão  
E em cada coisa que via  
Misteriosamente havia  
A marca de sua mão.  
E o operário disse: Não!

– Loucura! – gritou o  
patrão  
Não vês o que te dou eu?  
– Mentira! – disse o  
operário  
Não podes dar-me o que é  
meu.

E um grande silêncio fez-se  
Dentro do seu coração  
Um silêncio de martírios  
Um silêncio de prisão.  
Um silêncio povoado  
De pedidos de perdão  
Um silêncio apavorado  
Com o medo em solidão.  
Um silêncio de torturas  
E gritos de maldição  
Um silêncio de fraturas  
A se arrastarem no chão.  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que  
morreram  
Por outros que viverão.  
Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e  
esquecido  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção.

## RESUMO

As transformações espaciais promovidas pela reestruturação produtiva do capital alteram profundamente a relação entre capital e trabalho na contemporaneidade, anunciando uma nova fase de expansão e acumulação capitalista. Como reflexo desta nova dinâmica, a mobilidade geográfica do capital levou a desconcentração industrial para regiões até então pouco industrializadas. Este é o caso da territorialização da indústria automobilística em Catalão que, a partir da empresa MMC Automotores do Brasil S/A., representante do grupo Mitsubishi Motors no país, instalada em Catalão (GO) em 1997/1998, estabelece um novo padrão de reprodução do capital no Sudeste Goiano. Atualmente a MMC com suas terceiras contratam aproximadamente 3.000 (três mil) trabalhadores, os quais, em grande maioria, são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT), que foi fundado em junho 2004. A precarização do trabalho, os novos métodos de organização da produção, os diversos mecanismos de controle social, entre os quais destacam-se a Participação nos Lucros e Resultados, o trabalho em equipe permeado pelo discurso da cooperação, a terceirização e a contratação de trabalhadores de várias cidades da Microrregião de Catalão, mostram que a expansão geográfica do capital atinge profundamente a classe trabalhadora, sobretudo a sua capacidade de organização e mobilização. Porém, a resistência a partir do SIMECAT também identifica que, mesmo multifacetado e fragmentado, os trabalhadores apontam para a necessidade de emancipação social. Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender as transformações espaciais provocadas pela territorialização da indústria automobilística em Catalão e as mudanças para o trabalho, entendendo que este fenômeno se circunscreve na lógica do processo de reestruturação produtiva do capital. Para isso, a metodologia utilizada na pesquisa compõem-se de três etapas: pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo, articuladas entre si, pelo referencial teórico que estrutura todo o trabalho. Além da revisão de literatura realizou-se também a consulta em diversos documentos e dados de órgãos como o MTE, o IBGE, a SEPLAN/GO, a SEFAZ/GO e outros, e fez-se a coleta de informações através de entrevistas e questionários, sobretudo com os trabalhadores da empresa MMC, dirigentes do SIMECAT e autoridades públicas representantes da Prefeitura Municipal de Catalão e do DIMIC.

**Palavras-chave:** Reestruturação produtiva do capital. Indústria automobilística. Transformações espaciais. Mudanças no trabalho.

## ABSTRACT

The spatial changes promoted by the productive restructuring of capital, profoundly change the relationship between capital and labor in contemporary, advertising a new phase of expansion and capital accumulation. Reflecting this new dynamic, the geographic mobility of capital has led to industrial decentralization to regions until then little industrialized. This is the case of territorialization of the automotive industry in Catalão that, from the company “MMC Automotores do Brazil S/A”, representative group of Mitsubishi Motors in the country, located in Catalão (GO) in 1997/1998, sets a new standard reproduction of capital in Southeast Goiás. Nowadays the MMC with their outsourced employ approximately 3,000 (three thousand) workers, which, in the vast majority, are represented by "Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão" (SIMECAT), which was founded in June 2004. The precariousness of work, the new methods of organizing production, the various social control mechanisms, among which stand out Profit Sharing and Results, the teamwork permeated by the discourse of cooperation, outsourcing and hiring of workers of several cities in the Catalão Microregion, show that the geographical expansion of capital deeply reaches into the working class, especially the capacity for organization and mobilization. However, the resistance from SIMECAT also identifies that, even multifaceted and fragmented, the workers point to the need for social emancipation. So, the objective of this research is to understand the spatial changes caused by territorialization of the automobile industry in Catalão and the changes for the job, understanding that this phenomenon is limited to the logic of the process of productive restructuring of capital. For this, the methodology used in this research consists of three stages: theoretical research, documentary research and field research, interconnected, by the theoretical that structure all the work. In addition to the literature review was also held consultation on various documents and data from agencies like the Labor Ministry, the IBGE, the SEPLAN/GO, SEFAZ/GO and others, and was made the collect of informations through interviews and questionnaires, particularly with the MMC company workers, leaders of SIMECAT and public authorities who represent Catalão City Hall and DIMIC.

**Keywords:** Economic restructuring of capital. Automotive industry. Spatial transformations. Changes in work.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização das indústrias automobilísticas antes de 1990 (veículos leves).....	68
Figura 02 – Espacialização das indústrias automobilísticas no território nacional (2010).....	76
Figura 03 – Localização dos municípios da Microrregião de Catalão (GO) .....	78
Figura 04 – Posição geográfica estratégica de Catalão (GO) no país .....	82
Figura 05 – Processo de ocupação do espaço urbano de Catalão (GO) entre 1975 e 2005.....	87
Figura 06 – Pajero TR4 <i>Flex</i> .....	103
Figura 07 – L200 <i>Triton</i> .....	103
Figura 08 – Espacialização dos fornecedores da MMC Automotores do Brasil no mundo (2009) .....	159
Figura 09 – Espacialização dos fornecedores da MMC Automotores do Brasil em território nacional (2009) .....	160
Figura 10 – Recorte do Jornal Diário de Catalão do dia 04 de abril de 2006 relatando a paralisação dos trabalhadores da empresa MMC (Mitsubishi) .....	178
Figura 11 – Recorte do Jornal O Popular do dia 25 de abril de 2006 relatando a greve dos trabalhadores da empresa MMC (Mitsubishi).....	179

## LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Início da jornada de trabalho na MMC Automotores do Brasil em Catalão (GO) .....	98
Foto 02 – Portaria 01 da MMC Automotores do Brasil no DIMIC, com detalhe da placa do Fomentar.....	109
Foto 03 – Rua Egerineu Teixeira e Av. 20 de Agosto .....	117
Foto 04 – Conjunto habitacional Evelina Nour II .....	119
Foto 05 – Residencial Olinda .....	119
Foto 06 – Residências no bairro Alto da Boa Vista .....	120
Foto 07 – Processo de ocupação do Setor Aeroporto e Bairro Paineiras .....	121
Foto 08 – Final da Av. Ricardo Paranhos e início da Rua 02 de Outubro.....	124
Foto 09 – Continuação da canalização do Ribeirão Pirapitinga e duplicação de trecho da Av. Raulina Fonseca Paschoal .....	126
Foto 10 – Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar .....	126
Foto 11 – Duplicação da Av. José Severino .....	127
Foto 12 – Placa de identificação do Distrito Minero-Industrial de Catalão (DIMIC) .....	128
Foto 13 – Obras no Aeroporto de Catalão (GO) .....	129
Foto 14 – Primeira Assembléia realizada pelo SIMECAT em 21/10/2005 .....	176
Foto 15 – Rejeição da proposta apresentada pela MMC para fechamento de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) em 21/05/2005 .....	176
Foto 16 – Assembléia de deflagração de greve dos trabalhadores da MMC Automotores do Brasil em 24/04/2006 .....	189

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – IED's, Novas Marcas e Novas Plantas (1996-2001) .....	73
Tabela 02 – Localização das Empresas Associadas à Anfavea (Autoveículos) (2009).....	75
Tabela 03 – População da Microrregião de Catalão (GO) (1970-1991).....	84
Tabela 04 – População rural e urbana de Catalão (GO) (1960-1991) .....	85
Tabela 05 – Quantidade de estabelecimentos segundo os grandes setores de atividade econômica do IBGE em Catalão (GO) (1985-1990) .....	88
Tabela 06 – Quantidade de estabelecimentos segundo os grandes setores de atividade econômica do IBGE na Microrregião de Catalão (1990) .....	89
Tabela 07 – Espacialização das concessionárias Mitsubishi nas cinco grandes regiões brasileiras (2010) .....	99
Tabela 08 – Evolução da produção da MMC Automotores do Brasil, segundo o tipo de veículo, o modelo e o combustível (1999-2010) .....	101
Tabela 09 – Veículos Mitsubishi comercializados no país (2011) .....	102
Tabela 10 – Relação das empresas fornecedoras de peças e prestadoras de serviços para a MMC Automotores do Brasil em Catalão (GO) .....	104
Tabela 11 – População da Microrregião de Catalão (GO) (1991-2010) .....	105
Tabela 12 – Relação dos trabalhadores da MMC naturais de Catalão (GO) .....	105
Tabela 13 – Trabalhadores da MMC naturais de outras cidades de Goiás e de outros estados, segundo o tempo de moradia na atual residência em Catalão (GO) .....	106
Tabela 14 – Relação dos trabalhadores da MMC, segundo o local de residência na Microrregião de Catalão (GO) .....	107
Tabela 15 – População rural e urbana de Catalão (GO) (1991-2010) .....	108
Tabela 16 – Evolução da arrecadação do ICMS em Catalão (GO), segundo os setores da economia (2007-2009) (R\$ mil) .....	111
Tabela 17 – Classificação das empresas com atividade em Catalão entre as 500 que mais arrecadam ICMS em Goiás (2005-2009) .....	112
Tabela 18 – Situação de moradia dos trabalhadores da MMC residentes em Catalão (GO) (2010) .....	122
Tabela 19 – Espacialização dos trabalhadores da MMC por bairros em Catalão (2010) .....	123
Tabela 20 – Modelos produzidos pela MMC em Catalão (2010) .....	140
Tabela 21 – Ocupação das mulheres na empresa MMC Automotores do Brasil (2010) .....	143
Tabela 22 – <i>Ranking</i> de emplacamento de veículos por marca em 2010 (Comerciais Leves) .....	146
Tabela 23 – Comerciais leves mais emplacados em 2010 ( <i>Pick-ups</i> grandes) .....	147

Tabela 24 – Comerciais leves mais emplacados em 2010 (Furgão) .....	148
Tabela 25 – Evolução do piso salarial dos trabalhadores da MMC Automotores do Brasil Catalão (GO) (2006-2011) .....	181
Tabela 26 – Percepção dos trabalhadores em relação ao papel do Sindicato (2010).....	184
Tabela 27 – Relação das empresas terceiras na MMC Automotores do Brasil em Catalão (GO) que possuem trabalhadores representados pelo SIMECAT (2010) .....	185

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Evolução dos investimentos na indústria automobilística no Brasil (1990-2008) .....	70
Gráfico 02 –	Faturamento da indústria automobilística brasileira (1990-2008) .....	72
Gráfico 03 –	Evolução da produção da MMC Automotores do Brasil (1998-2010) .....	100
Gráfico 04 –	Produto Interno Bruto de Catalão (GO) – Agropecuária, Indústria e Serviços (1999-2008) .....	110
Gráfico 05 –	Evolução na quantidade de estabelecimentos em Catalão (GO), segundo os grandes setores de atividade econômica do IBGE (1990-2009) .....	114
Gráfico 06 –	Evolução do emprego formal, segundo os grandes setores de atividade econômica do IBGE, em Catalão (GO) (1990-2009) .....	115
Gráfico 07 –	Distribuição dos trabalhadores da indústria automobilística, segundo a faixa etária (%) (2009) .....	134
Gráfico 08 –	Trabalhadores da MMC Automotores do Brasil segundo a faixa etária (2010) .....	135
Gráfico 09 –	Distribuição dos trabalhadores da indústria automobilística, segundo a escolaridade (%) (2009) .....	136
Gráfico 10 –	Trabalhadores da MMC Automotores do Brasil, segundo a escolaridade .....	137
Gráfico 11 –	Percentual dos trabalhadores da MMC que possuem curso profissionalizante (2010) .....	137
Gráfico 12 –	Percentual dos trabalhadores da MMC que possuem curso profissionalizante, segundo a forma de financiamento (2010) .....	138
Gráfico 13 –	Percentual dos trabalhadores da MMC que possuem curso profissionalizante, segundo a instituição formadora (2010) .....	138
Gráfico 14 –	Distribuição dos trabalhadores da indústria automobilística, segundo o rendimento médio (%) (2009) .....	141
Gráfico 15 –	Trabalhadores da MMC Automotores do Brasil, segundo a faixa de rendimento (2010) .....	142
Gráfico 16 –	Distribuição dos trabalhadores (as) da indústria automobilística, segundo o gênero (%) (2009) .....	142
Gráfico 17 –	Trabalhadores da MMC Automotores do Brasil, segundo o gênero (2010) .....	143
Gráfico 18 –	Distribuição dos trabalhadores da indústria automobilística, segundo o tempo de emprego (%) (2009) .....	144
Gráfico 19 –	Distribuição dos trabalhadores nas empresas terceiras da MMC Automotores do Brasil em Catalão (GO) (2010) .....	166
Gráfico 20 –	Trabalhadores da MMC Automotores do Brasil, segundo o nível de satisfação com a Participação nos Lucros e Resultados (2010) .....	183

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –	Principais temas tratados pela Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997 – Regime Automotivo Especial .....	72
Quadro 02 –	Espacialização dos Distritos Industriais em Goiás .....	91
Quadro 03 –	Protocolo de implantação de indústria montadora de veículos Mitsubishi .....	95
Quadro 04 –	Fornecedores da MMC Automotores do Brasil, no mundo (2009) .....	156
Quadro 05 –	Levantamento parcial das empresas nacionais fornecedoras para a linha de produção da MMC Automotores do Brasil (2009) .....	157

## LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 01 –	Processo produtivo da MMC Automotores do Brasil em Catalão (GO) .....	149
Organograma 02 –	Empresas terceiras vinculadas a MMC Automotores do Brasil com atividades em Catalão (GO) (2010) .....	162

## LISTA DE SIGLAS

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANFAVEA	Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores
BA	Bahia
CCQ	Círculos de Controle de Qualidade
CE	Ceará
CESUC	Centro de Ensino Superior de Catalão
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIMIC	Distrito Interno-Industrial de Catalão
ES	Espírito Santo
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FCA	Ferrovias Centro-Atlântica
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FENABRAVE	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
GETeM	Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Externo Direto
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP	Movimento Camponês Popular
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MMC	MMC Automotores do Brasil S/A.
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMC	Prefeitura Municipal de Catalão
PR	Paraná
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RH	Recursos Humanos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEFAZ/GO	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
SEPIN/GO	Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação do Estado de Goiás
SEPLA/GO	Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás
SIMECAT	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão
SP	São Paulo
TO	Tocantins
UFG/CAC	Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
UNESP	Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
-------------------------	-----------

### CAPÍTULO I

<b>1 ESPAÇO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>28</b>
<b>1.1 Reestruturação produtiva e transformações espaciais: capital e trabalho na contemporaneidade.....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 A reestruturação produtiva do capital e as mudanças no mundo do trabalho.....</b>	<b>38</b>
1.2.1 Fordismo/taylorismo.....	41
1.2.2 Acumulação flexível, toyotismo e as metamorfoses no mundo do trabalho.....	47
<b>1.3 Heterogeneização, complexificação, fragmentação e precarização do trabalho .....</b>	<b>53</b>

### CAPÍTULO II

<b>2 A NOVA TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL NOS ANOS (19)90: a Mitsubishi Motors em Catalão (GO) e as transformações espaciais.....</b>	<b>63</b>
<b>2.1 O desenvolvimento da indústria automobilística no país e a reestruturação espacial no final do século XX .....</b>	<b>64</b>
<b>2.2 A formação sócio-espacial de Catalão e a territorialização da indústria automobilística.....</b>	<b>77</b>
<b>2.3 A territorialização da MMC Automotores do Brasil em Catalão e as transformações espaciais .....</b>	<b>97</b>

### CAPÍTULO III

<b>3 A MMC AUTOMOTORES DO BRASIL EM CATALÃO E AS MUDANÇAS PARA O TRABALHO .....</b>	<b>130</b>
<b>3.1 O perfil do trabalhador da indústria automobilística de Catalão (GO) .....</b>	<b>133</b>
<b>3.2 A produção de veículos e o processo produtivo na MMC Automotores do</b>	

<b>Brasil em Catalão (GO) .....</b>	<b>145</b>
<b>3.3 O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão e a relação capital x trabalho na MMC Automotores do Brasil .....</b>	<b>167</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>200</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>205</b>

## INTRODUÇÃO

As transformações espaciais, aceleradas pela reestruturação produtiva do capital, alteram profundamente as relações entre capital e trabalho. Além das novas formas de organização da produção capitalista implantadas por grande parte dos grupos transnacionais, tem-se o crescente papel da desconcentração espacial das atividades produtivas. Regiões até então periféricas ao sistema produtor de mercadorias passam a ser chamadas a contribuir de forma ativa, abrigando novas indústrias. Paralelo a esse movimento percebe-se sérios efeitos sobre os trabalhadores, com uma forte tendência a precarização das relações e das condições de trabalho. O mesmo resultado negativo também se expressa na debilidade da mobilização e representação político-ideológica da classe operária (ANTUNES, 1999; ALVES, 2005).

A mundialização do capital estabelece novas relações entre os estados nacionais. Propiciada pelo avanço do meio-técnico-científico e informacional, pela concepção política e econômica neoliberal e comandada pelos países hegemônicos no sistema capitalista internacional, a “globalização” pressupõe que a desregulamentação seja adotada, assim como, todos os campos da vida social se submetam à valorização do capital (CHESNAIS, 1996). Na onda do empreendedorismo, os países periféricos, seus estados e municípios assumem um papel decisivo na atração do capital, onde a oferta do fundo público, a mão-de-obra barata e a pouca organização sindical se tornam um importante instrumento para garantir as novas localizações das atividades produtivas.

Assim, a expansão do capital não ocorre de forma aleatória. A inserção de novas áreas ao ciclo de reprodução e acumulação capitalista obedece a um rigoroso critério de produtividade espacial, ou seja, de condições vantajosas de intensificação dos fluxos, de prospecção de lucros, de ganhos econômicos e políticos (SANTOS, 2008), portanto, de vantagens específicas de controle social do trabalho a partir da seletividade espacial. A reestruturação produtiva pressupõe uma nova articulação do capital na produção, o estabelecimento de inovados padrões de (re)qualificação do trabalhador e de redefinição de políticas públicas e, sobretudo, um importante mecanismo de desorganizar a resistência da classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2002a; MENDONÇA, 2004).

Entende-se que a territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO) se situa na manifestação do processo de acumulação do capital em expansão (mobilidade geográfica), que necessita de novas áreas para se realizar, portanto de novos métodos de controle social do trabalho e exploração da mais-valia (HARVEY, 1996, 2009; THOMAZ JÚNIOR, 2002a). Pautadas na reestruturação produtiva, as atividades que aí se

instalam são permeadas pelo discurso da modernidade, desenvolvimento e progresso, bem como pelas atuais técnicas de gestão da produção industrial, pelo *just in time*, pelos altos padrões de produtividade e pelas certificações de qualidade. Todavia, é necessário identificar as contradições estampadas na negação dos sujeitos que vivenciam a expropriação e a exploração. Como se fosse o outro lado da moeda, ocorre a precarização do trabalho, a flexibilização da legislação trabalhista, o discurso do envolvimento e da cooperação (contrapondo-se a organização e luta sindical), a descentralização e a terceirização da produção para enfraquecer a solidariedade entre os trabalhadores (ANTUNES, 1999; ALVES, 2000).

É preciso identificar, a partir da apropriação do espaço geográfico, portanto, da produção dos territórios, as transformações causadas pelas ações do capital. O uso do território, ou a ordenação territorial, se faz para garantir a reprodução do capital internacional (SANTOS, 1994). Sujeitos e instituições se antecipam para criar infraestruturas sociais, políticas e econômicas que dão suporte para a realização do valor, assegurando a disponibilidade de recursos humanos e financeiros. Grande parte das ações que se contrapõem à entrega do patrimônio público através de isenções fiscais, à precarização das relações de trabalho, à despreocupação e à destruição do meio ambiente, à transferência das populações rurais para as áreas urbanas, à suburbanização acelerada, à perda de autonomia das economias regionais que se submetem aos vetores hegemônicos são rechaçadas, vistas como atrasadas, arcaicas e ultrapassadas.

Todavia, não é possível apagar a resistência e a necessidade da luta emancipatória. A luta de classes é inerente às relações sociais na sociedade capitalista e se expressa com vigor através da contradição entre capital e trabalho. O capital não pode existir sem subordinar os trabalhadores no processo produtivo, assim como sobrepor os valores de troca em detrimento dos valores de uso, promovendo a mercantilização da vida. Enquanto mediação da relação do homem com a natureza, criador de coisas socialmente úteis, condição de realização da humanização do homem, o trabalho precisa se emancipar das relações capitalistas de produção, da sua alienação e da exploração do homem pelo próprio homem. A luta e a resistência, que se dão a partir da potencialização de discursos e ações coletivas dos trabalhadores, embora enfraquecidos, devem ser vistas pelo viés da necessidade de construção de novas relações sociais, de esperança e expectativa de conquistar uma vida digna e socialmente justa para todos.

Para Mendonça (2004) esta apropriação dos territórios implica em uma matriz espacial que assegura as formas de (re)produção vigentes. Atualmente essa matriz

espacial imposta e construída é o imperialismo.

A sociedade sempre se organiza a partir de uma matriz espacial, na medida em que o espaço expressa a forma de organização da sociedade, evidenciando relações de poder e relações ideológicas. Portanto, espaço é poder, espaço é ideologia, espaço é representação, sendo fundamental para qualquer interpretação da realidade social. (MENDONÇA, 2004, p.43).

Da mesma forma, é fundamental não perder de vista que o espaço geográfico é resultado do trabalho no permanente processo de metabolismo social entre os homens e a natureza. “[...] a construção dos espaços pelos homens só pode ser compreendida a partir da relação entre o homem e o seu entorno, enquanto construção histórica espacializada nos diferentes territórios”. (MENDONÇA, 2004, p. 44). Com isso, trata-se não só de decifrar as ações do capital, mas também a posição dos trabalhadores, que mesmo, submetidos a expropriação e a exploração dos meios de produção resistem, apontando para a necessidade da emancipação social.

Nesse sentido, o conceito de território cunhado por Raffestin (1993) é fundamental, pois estabelece uma diferença importante em relação ao conceito de espaço geográfico. Para o autor, o espaço é anterior ao território. O território resulta da apropriação do espaço e, dessa forma, revela relações de poder. Portanto, o território se constitui prioritariamente de relações sociais, expressando a luta de classes e seus diversos sentidos e natureza. Nesta reflexão sobre território há também a contribuição de Thomaz Júnior (2002a), para o qual a dinâmica dos rearranjos territoriais expressa a materialização da relação entre capital e trabalho marcada pela reestruturação produtiva, na qual o capital busca a todo momento recompor a luta de classes e subordinar os trabalhadores de acordo com as necessidades de seu metabolismo social.

Assim, são as categorias geográficas (espaço, território e outras) que permitirão compreender as transformações espaciais a partir da territorialização da indústria automobilística em Catalão, seja no âmbito da ação do capital ou mesmo da ação dos trabalhadores. “O espaço, para a Geografia, contém a totalidade das relações sociais ou a própria essência do metabolismo societal do capital e, ao mesmo tempo, as singulariza mediante a existência de elementos intrínsecos à (re)produção do espaço”. (MENDONÇA, 2004, p. 45). Então, torna-se fundamental perceber as diferencialidades espaciais como resultantes do enfrentamento entre capital e trabalho, presente nos distintos territórios.

Nesse contexto, se dá a territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO) em 1997/1998. A empresa que impulsiona esse processo é a MMC

Automotores do Brasil S/A (MMC), de capital nacional, que monta e importa os veículos da marca Mitsubishi e possui parceria com a montadora japonesa para a concessão de tecnologia e licenças de montagem de veículos. O capital investido pela empresa já alcançou mais de R\$ 800 milhões de reais, com possibilidade de se chegar a R\$ 2 bilhões até 2015. Além dos elevados investimentos realizados pela empresa, outro elemento que chama a atenção são os elevados índices de produtividade alcançados pela planta industrial. Em 1998, ano em que ocorreu sua inauguração, a MMC produziu 652 veículos, já em 2010 esse número saltou para 37.558 veículos, evidenciando um crescimento vertiginoso.

Destaca-se aqui o papel do Estado, na renúncia fiscal, que se dá nas três esferas de poder, respectivamente a federal, a estadual e a municipal, bem como os acordos feitos entre a montadora, o estado de Goiás e o município de Catalão, que estabelecem, entre outras coisas, a adaptação e a construção da infraestrutura a ser utilizada pela empresa. No protocolo de intenções assinado pela MMC, pelo estado de Goiás e pelo município de Catalão, entre as garantias oferecidas para a montadora ressalta-se a isenção de 70% do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelo período de 20 anos, a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a redução da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), além de obras de terraplanagem, de adaptação de ramal ferroviário e do aeroporto local.

No Sudeste Goiano, Catalão está situada em uma rede territorial que favorece a produção e a circulação do capital. Insere-se em uma malha rodo-ferroviária que forma um dos principais eixos de ligação entre as Regiões Norte e Sul do país, composta pelas rodovias BR-050 e GO-330 e Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). Sua posição geográfica se destaca, uma vez que, dentro de um raio de 1000 km a partir de Catalão, se encontram os maiores centros consumidores do país e aproximadamente 2/3 do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

A cidade também é referência em estabelecimentos de formação e qualificação profissional; nela encontram-se, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Social da Indústria (SESI), uma Unidade da Universidade Federal de Goiás (UFG), o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). Por fim, possui uma força de trabalho relativamente barata e com pouca experiência de organização sindical, se comparada com a de outras regiões do país onde estão instaladas outras montadoras de veículos.

Atualmente trabalham 3.000 (três mil) pessoas diretamente na indústria

automobilística em Catalão (GO), sendo a grande maioria (2.000) contratada pela MMC. O restante está distribuído em várias empresas terceiras que prestam serviços ou fornecem componentes e produtos para a MMC. Grande parte dos trabalhadores são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT), fundado em junho de 2004. Mesmo com a pouca cultura de organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Catalão e com todos os mecanismos utilizados pela empresa para garantir o controle social, que resultou em um retardamento na fundação do Sindicato, que ocorreu sete anos após a territorialização da MMC, a exploração capitalista levou á mobilização e organização dos trabalhadores. Isso mostra o caráter contraditório do modo de produção e a necessidade de emancipação social da classe trabalhadora.

Assim, busca-se, nesta pesquisa, compreender as transformações espaciais a partir da territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO) e as consequências para o trabalho. Para isso, foi preciso analisar as transformações provocadas pela reestruturação produtiva do capital no espaço geográfico e seus desdobramentos para o mundo do trabalho, entender as mudanças na dinâmica da localização da indústria automobilística brasileira após os anos 1990, analisar o conteúdo das transformações espaciais provocadas pela territorialização da MMC em Catalão e, sobretudo, investigar as mudanças que ocorreram no âmbito do trabalho.

Para contemplar esses objetivos, a metodologia da pesquisa compõe-se de três etapas. A primeira é a pesquisa teórica, fundamentada em uma revisão bibliográfica que circunscreve o fenômeno estudado no âmbito da teoria. Vários autores são consultados como Harvey (1996, 2009), Thomaz Júnior (2002a, 2002b), Mendonça (2004), Antunes (1995, 1999), Bühr (1998), Alves (2000) e outros. A literatura foi utilizada no sentido de fomentar o debate do tema estudado. Além das diferentes abordagens, as contribuições permitiram ampliar a capacidade de análise e perceber as particularidades presentes na realidade pesquisada.

A segunda etapa consiste em uma ampla pesquisa documental. Vários documentos foram consultados. Entre eles destaca-se o Protocolo de Implantação de Indústria Automobilística Mitsubishi Motors em Catalão (GOIÁS, 1997) e os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) dos anos 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, realizados entre a MMC e o SIMECAT. Outras fontes também foram consultadas, diretamente na internet, como os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Sócio-econômicas (SEPIN) vinculada à Secretaria do

Planejamento e do Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN/GO) e da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO). Sobre a indústria automobilística consultou-se os dados disponíveis no *site* da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores do Brasil (ANFAVEA) e da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE).

Por fim, realizou-se a pesquisa de campo. Duas técnicas de coleta de informações foram utilizadas, a entrevista semi-estruturada e o questionário. No primeiro caso, as entrevistas foram feitas com os trabalhadores da indústria automobilística de Catalão, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT), representantes da indústria automobilística local e autoridades públicas vinculadas a Prefeitura Municipal de Catalão (PMC) e ao Distrito Mínero-Industrial de Catalão (DIMIC). Não foi possível entrevistar apenas os representantes da indústria automobilística, uma vez que todas as tentativas realizadas não tiveram êxito, devido à indisponibilidade dos mesmos.

Os questionários foram direcionados aos trabalhadores da empresa MMC e suas terceiras. Sua aplicação ocorreu no dia 26 de novembro de 2010, em assembléia realizada pelo SIMECAT para a apreciação de proposta de ACT que estava sendo negociado. A metodologia utilizada na aplicação dos questionários foi a seguinte: um grupo de cinco aplicadores, com duas pranchetas cada, se dividiram na assembléia para atingir os diferentes perfis da amostra. Dois ficaram responsáveis pelos trabalhadores de chão de fábrica (montadores, operadores de logística, preparadores de pintura, tapeceiros e outros), outros dois ficaram responsáveis pelos trabalhadores de outras cidades e de empresas terceiras e o último ficou responsável pelos trabalhadores da área de gestão. Os aplicadores foram orientados a convidarem os trabalhadores para participar da pesquisa e, caso o convite fosse aceito, era entregue uma prancheta com o questionário para o trabalhador responder. O aplicador deveria esperar até o trabalhador terminar e, em seguida, recolher o questionário respondido. Não foi exigida a identificação dos trabalhadores para assegurar a privacidade deles. No final, foram obtidos 79 questionários respondidos por trabalhadores que residem nas cidades de Catalão, Goiandira, Nova Aurora, Cumari, Anhanguera, Ouvidor e Três Ranchos, sendo que desse total 24% foram respondidos por mulheres.

O interesse pelo tema surgiu no terceiro ano da graduação em Geografia, na Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, em 2004, momento em que também trabalhava na empresa MMC, como montador da linha de montagem do Pajero TR4. Nesse mesmo período, a participação ativa na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão e, conseqüentemente, no movimento sindical que surgia na MMC

também nos instigou a buscar respostas às transformações que ocorriam. Neste contexto, os desafios colocados para os trabalhadores eram imensos, entre os quais pode-se citar o combate à precarização do trabalho, que ocorria, e o retrocesso em relação aos direitos sociais que já tinham sido conquistados por trabalhadores de outras regiões do país, como a carga horária de 40 horas semanais e outras garantias. A pesquisa foi fundamental para desmistificar consensos sociais de que a mobilização dos trabalhadores não tinha legitimidade. Muitos foram os que disseram que a “Mitsubishi não era o problema, era a solução”, tentando deslegitimar e desmoralizar as diversas denúncias de demissões de portadores de doença ocupacional e as grandes diferenças salariais existentes. Nesse sentido, o interesse pelo tema teve uma forte relação com a situação vivenciada diariamente. Isso nos levou a desenvolver pesquisa voluntária junto ao grupo de pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) da UFG/CAC e, conseqüentemente, a desenvolver a monografia no curso de Bacharelado em Geografia/UFG/CAC e a dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFG/CAC.

A importância da pesquisa está no atendimento da necessidade de identificar e caracterizar as novas áreas que estão sendo inseridas na economia mundial. Além de provocar intensas transformações espaciais a partir da alteração da dinâmica regional, do fluxo migratório, da relação cidade-campo e do processo de urbanização, a territorialização das empresas multinacionais coloca novos desafios para a classe trabalhadora. Se, por um lado, os novos métodos de trabalho adotados com a reestruturação produtiva do capital intensificaram e aumentaram os índices de produtividade, por outro lado, eles também promoveram a precarização do trabalho através da terceirização, da fragmentação, da subproletarização etc.

Além disso, acredita-se que esta pesquisa auxiliará em futuros trabalhos acadêmicos, valendo-se de referência, sobretudo no que tange às transformações espaciais provocadas pelo processo de reestruturação produtiva do capital. A contribuição também se dá no âmbito da ciência geográfica, uma vez que, existe uma enorme carência de pesquisas científicas, tendo como centralidade compreender as mudanças no trabalho, a partir da Geografia. Pensar geograficamente os impactos do processo de reestruturação produtiva nos territórios requer ultrapassar preconceitos e barreiras que impedem enxergar a contribuição científica de outras disciplinas como a sociologia, a economia e outras. Assim, a contribuição se dá em vários sentidos.

Como resultados desta pesquisa pode-se citar a descrição e análise da mudança na dinâmica sócio-espacial de Catalão com a territorialização da indústria

automobilística, principalmente pelo aumento na arrecadação de impostos, pela ampliação da influência regional, pelo crescimento da urbanização, pela alteração na lógica da mobilidade do trabalho e pelo surgimento da resistência e da organização dos trabalhadores da indústria automobilística a partir da fundação do SIMECAT. No processo produtivo, constata-se que existe uma combinação de trabalho parcelado, segmentado, com um rigoroso controle do tempo, em linha de montagem mecanizada, gestado por uma série de técnicas de organização da produção e do trabalho características do toyotismo, como o trabalho em equipe, a descentralização da produção (terceirização e subcontratação), o controle dos estoques, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e outras.

Esta pesquisa se divide em três capítulos. O primeiro, intitulado “Espaço, reestruturação produtiva do capital e as mudanças no mundo do trabalho”, procura delimitar de forma panorâmica a matriz teórica e metodológica utilizada para compreender a territorialização do capital industrial e financeiro em Catalão. O espaço, enquanto materialidade e condição de existência dos fenômenos, identifica as diversas faces do processo de reestruturação produtiva do capital que, caracterizado como novas estratégias de produção, organização e racionalização do trabalho, impõe sobre os trabalhadores relações sociais de produção que buscam maior envolvimento e comprometimento com o projeto capitalista. As novas bases técnicas da produção capitalista e as condições de concorrência internacional excluem, cada vez mais, trabalhadores dos processos produtivos e precarizam crescentemente as relações sociais de trabalho. Com isso, tenderiam a prevalecer sobre o movimento operário as estratégias cooperativas e de colaboração com o capital, em detrimento das concepções classistas e de massa, evidenciando uma verdadeira crise político-ideológica.

O segundo capítulo, intitulado “A nova territorialização da indústria automobilística no Brasil nos anos (19)90: a Mitsubishi Motors em Catalão (GO) e as transformações espaciais”, traz algumas considerações sobre as novas localizações da indústria automobilística no Brasil. Pautadas na reestruturação produtiva, essas novas instalações industriais buscam, sobretudo, a flexibilização do trabalho e os diferenciais econômicos e políticos proporcionados pelos novos territórios. É possível identificar a essência dessa lógica a partir da Mitsubishi Motors em Catalão (GO), primeira montadora a se instalar em uma cidade do Centro-Oeste brasileiro. As transformações espaciais decorrentes podem ser percebidas através do crescimento econômico ocorrido nos últimos anos em Catalão, assim como, das contradições presentes no espaço urbano, típicas deste estilo de desenvolvimento, que, ao mesmo tempo em que gera e acumula riquezas, também exclui os

trabalhadores do trabalho e precariza-o.

O terceiro capítulo, intitulado “A MMC Automotores do Brasil em Catalão e as mudanças para o trabalho”, procura identificar o perfil do trabalhador exigido pela indústria automobilística em Catalão, sobretudo pela MMC Automotores do Brasil. Num segundo momento, busca-se caracterizar alguns aspectos de seu processo produtivo e da relação capital x trabalho. A disponibilidade de um perfil de trabalhadores jovens, com boa escolaridade e qualificação profissional, que possuem uma predisposição a receber baixos salários em comparação aos pagos por outras montadoras do país e com pouca disposição em fomentar a organização sindical em níveis de grandes mobilizações e greves, oferece à indústria automobilística local, particularmente a MMC, condições favoráveis de reprodução e acumulação do capital. As consequências dessa processualidade para os trabalhadores são extremamente negativas. Por um lado, encontra-se a precarização do trabalho, sobretudo, na intensificação do processo produtivo que contribui para o surgimento de doenças ocupacionais. Por outro, tem-se a acentuação da perspectiva de organização sindical baseada no “sindicalismo de resultados”, em detrimento da visão classista; esse sindicalismo manifesta a crise neocorporativa do sindicalismo brasileiro, que privilegia os setores mais organizados da classe em detrimento dos que situam-se nas bordas do sistema, em condições cada vez mais precarizadas.

Diante disso, não pretende-se encerrar ou esgotar o debate aqui proposto, nem dar conta de toda a sua abrangência. O intuito, além de inserir a categoria trabalho na análise geográfica, é oferecer subsídios a novas pesquisas, problematizar as transformações espaciais provocadas pela reestruturação produtiva do capital e perceber as novas territorialidades presentes, capazes de instrumentalizar os trabalhadores e os pesquisadores para a busca da emancipação social. A territorialização da indústria automobilística em Catalão está permeada por contradições, que necessitam ser investigadas e identificadas. Isso é o que se propõe nas páginas seguintes.

## CAPÍTULO I

### 1 ESPAÇO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mudanças no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

(ANTUNES, 1999)

## 1.1 Reestruturação produtiva e transformações espaciais: capital e trabalho na contemporaneidade

A compreensão das transformações espaciais a partir da relação entre capital e trabalho na contemporaneidade requer a análise das mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, bem como dos desdobramentos e as perspectivas dessa processualidade para os trabalhadores. Adotada por grande parte das empresas capitalistas e grupos transnacionais, devido à crise no regime de acumulação fordista/keynesiano do final do século XX, a reestruturação produtiva provoca uma série de mudanças na base técnica da produção capitalista, com o uso de novas tecnologias, automação e novos métodos de gestão da produção e da força de trabalho. Os efeitos para os trabalhadores são diversos e em sua maioria possuem aspectos negativos, tanto com relação às suas condições materiais de existência, como imateriais, no plano político-ideológico.

Marx e Engels, desde a publicação do “Manifesto do Partido Comunista”, já se referiam ao movimento de autoexpansão do capital, à capacidade de transformação (espacial) da sociedade capitalista, bem como à necessidade de entender este sistema a partir da relação e da luta de classes. A dinâmica dialética do capital pressupõe sua redefinição constante, com o intuito de realizar o valor no processo produtivo, portanto, subordinar os trabalhadores para a apropriação da mais-valia. Isso se torna o motor das transformações espaciais da sociedade em que vivemos que, a cada momento histórico, exige um modo específico de regulação social. Para os autores, “[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto as relações de produção; e assim, o conjunto das relações sociais.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 28)

Por isso, é com precaução que Harvey (1996) analisa a sociedade contemporânea diante das transformações na economia capitalista no final do século XX e das abordagens pós-modernas. Para o autor, é preciso verificar até que ponto os elementos invariantes do modo de produção capitalista estão onipresentes sob o caráter tênue da atual economia política. Segundo Harvey, ainda vivemos em uma sociedade capitalista, assim, algumas proposições básicas de seu funcionamento, cunhadas por Marx ainda no século XIX, se mantêm, por exemplo: a orientação para o crescimento e expansão; o crescimento apoiado na exploração do trabalho vivo na produção; e a necessária dinâmica e mudança tecnológica e organizacional.

O que presenciamos é a *vivificante arte de fazer-se plenamente* do processo de modernização capitalista, que produz “[...] a *hibridagem* dos espaços, propiciando a

exigência da fluidez, sustentada na densidade técnica dos territórios enquanto suportes da competitividade, portanto, da lógica perversa do processo de (re)produção e autoexpansão do capital.” (MENDONÇA, 2004, p. 39, grifos do autor). Como Harvey (2006) sugere, a acumulação do capital não se consome mais apenas na produção, mas também na criação de novos espaços para a circulação e o consumo, onde se completa o ciclo de criação do valor.

Como uma relação social, o processo de modernização capitalista, ao mesmo tempo em que sofre suas reestruturações, devido ao movimento cíclico permeado por crises de superprodução, também transforma consigo a sociedade, portanto, o espaço geográfico. “A história do homem sobre a Terra é a história da ruptura progressiva entre o homem e o entorno”. (SANTOS, 2008, p. 17). Essa evolução (das relações sociais e das formações espaciais) se acelera mediante o desenvolvimento dos instrumentos e das técnicas e a natureza se torna cada vez mais artificializada. O estágio atual desse processo culmina com a mundialização da economia, materializada na adoção de um sistema técnico único pelas sociedades. Para Santos (2008), três dados são importantes para compreender as transformações atuais no espaço geográfico, provocadas pela globalização: a unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor.

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala do mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção e unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro. (SANTOS, 2008, p. 46)

Para Santos (2008), a mundialização/globalização do capital se consolida fundamentalmente a partir da organização espacial. Paralelamente a uma nova divisão internacional do trabalho, também ocorre a conformação de uma nova divisão territorial do trabalho. Assim, a globalização se conforma mediante a “[...] produção racionalizada de um espaço no qual cada fração do território é chamada a se revestir de características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico”. (SANTOS, 2008, p. 47).

A mundialização, para Chesnais (1996, p. 32), “[...] deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”. Para o autor, a mundialização resulta de dois processos. Uma longa fase de acumulação ininterrupta do capital que se estende de 1914 a, aproximadamente, 1970. E a implementação das políticas

de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de destruição dos direitos sociais e políticos, adotadas no final do século XX, particularmente a partir de 1980, com os governos neoconservadores e neoliberais. A nova estratégia adotada pelas empresas e grupos transnacionais requer dos Estados nacionais a adaptação às normas da economia mundial, monopolizada pelos países capitalistas hegemônicos.

[...] para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado. (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Alves (2005) diz que é a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva. Sendo assim, é praticamente impossível entender as transformações na produção capitalista sem considerar o estágio das formações espaciais, tampouco, o significado desse processo para o mundo do trabalho. Isso requer compreender que a reestruturação produtiva pode assumir formas particulares dentro da dinâmica da regulação sócio-espacial, o que reafirma o caráter contraditório e desigual da sociedade capitalista. Assim, ocorrem consequências específicas para a classe trabalhadora que, em sua totalidade, expressam a crescente fragmentação e precarização do trabalho.

Concorda-se com Bihl (1998) que o capitalismo enfrenta na atualidade uma verdadeira crise estrutural, duradoura e global. Entretanto, grande parte das pesquisas focaliza suas análises apenas nos problemas que ela impõe ao capital. Propõe-se, então, uma *inversão de perspectiva*, que compreenda a atual crise quanto aos desafios que ela coloca para a classe trabalhadora, portanto, para os movimentos sociais e sindicais. “[...] visto que o capital é uma *relação social* contraditória, uma crise como essa só pode ser simultaneamente crise desse pólo antagonista do capital, que é o proletariado [...]” (BIHR, 1998, p. 67).

Bihl (1998) sugere outra perspectiva para as pesquisas sociais, sobretudo, para a análise das transformações provocadas pela reestruturação produtiva e suas implicações para o tecido sócio-espacial e para a classe trabalhadora. Dentro desse campo teórico-metodológico, Antunes (1999) argumenta que as mudanças na base técnica e tecnológica dos processos produtivos e a incorporação dos métodos de gestão da produção e da força de trabalho fundamentados no toyotismo têm elevado de forma assustadora os padrões de produtividade capitalista à custa de um novo patamar de exploração e precarização da força de trabalho e de destruição dos recursos naturais. Por um lado, o capital apropria-se não somente do produto do trabalho, mas também de sua subjetividade, dos saberes-fazeres. Por

outro, as inovações tecnológicas, a subcontratação e a terceirização provocam uma verdadeira descaracterização da classe trabalhadora, que passa a sofrer mais o desemprego estrutural e a subproletarização, o que eleva a precariedade dos empregos e dos salários, atingindo também a consciência de classe.

Todavia a cautela é necessária, pois muitos *pseudo-marxistas* apressados, se dedicam a descrever/interpretar o mundo do trabalho, pulverizando as ações políticas dos trabalhadores e, assim, negam o trabalho como centralidade da reflexão, não reconhecendo a perspectiva histórica da emancipação social. (MENDONÇA, 2004, p. 40, grifo do autor).

Thomaz Júnior (2002a) também acredita na necessidade de retomar o trabalho como categoria de análise central nas ciências sociais, particularmente na ciência geográfica. Para o autor, o trabalho, na Geografia, foi entendido, na maioria das vezes, como mediação e não como centralidade. Seja na abordagem da relação homem-natureza ou, mesmo, na dimensão da organização espacial da sociedade, a temática do trabalho “[...] quase sempre esteve (des)intonizada do processo social movido pela *fúria* reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e na vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante, bem como das revoltas, revoluções e grandes marcas do movimento operário mundial”. (TOMAZ JÚNIOR, 2002a, p. 8). Ou seja, é preciso perceber que as transformações espaciais são constituidoras *do* e constituem *o* movimento dialético da sociedade capitalista, marcada pela concorrência intercapitalista e pela luta de classes.

Assim, o trabalho, para a Geografia, deve ser compreendido “[...] como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser*, está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem.” (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p. 9, grifos do autor). Concepção que se aproxima do conceito de Friedrich Engels, para o qual o trabalho “[...] é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. Em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (ENGELS, 2010, p. 1). Para Engels o trabalho, enquanto condição fundamental na relação entre os próprios homens e destes com a natureza, criou e cria diversas sociabilidades, que se modificam constantemente. Isso coloca a necessidade de se ter que pensar a reestruturação produtiva hoje tendo como centralidade o trabalho, o que pode resgatar o papel histórico do sujeito na sociedade, abandonado, em certa medida, por diversas abordagens atuais, que se fundamentam nas manifestações do indivíduo ou mesmo na descrição empírica como foco principal de análise e estudo.

Marx, assim como Engels, também enxerga o papel histórico-ontológico do

trabalho enquanto condição de existência da própria vida humana. Afirma que capital e trabalho são construções sócio-históricas e que o trabalho, sob o capitalismo, ganha uma centralidade sem a qual se torna, praticamente, impossível compreender as transformações espaciais e a própria sociedade. Historicamente, no capitalismo, o trabalho vem sofrendo várias mudanças para atender às necessidades de regulamentação e controle social do modo de produção. Essas alterações acontecem nos aspectos econômicos, políticos e culturais da produção, com vistas a atingir o objetivo maior: de manter as taxas de lucro e submeter os trabalhadores nos processos produtivos. Por essa razão, Marx mostra a diferença entre o trabalho abstrato, produtor de mercadorias em condições de uma sociedade capitalista, e o trabalho concreto, produtor de coisas socialmente úteis, indispensável à vida humana. Para ele o trabalho abstrato é apenas dispêndio de força humana de trabalho, recompensada pelo assalariamento, portanto, o trabalhador é estranho e alienado do seu produto, do resultado de sua própria criação. Contudo, o trabalho concreto,

[...] como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 2010, p. 65).

É por esse viés que se propõe compreender as transformações espaciais provocadas pela reestruturação produtiva, considerando como centralidade a relação entre capital e trabalho. No caso da indústria automobilística, a reestruturação produtiva tem provocado uma série de mudanças não apenas para os sujeitos envolvidos nos processos produtivos, mas para todo o conjunto social. Os aspectos mais visíveis têm sido a adoção dos pacotes de gestão da produção e da força de trabalho inspirados no toyotismo, bem como a incorporação da flexibilidade na base técnico-produtiva, a partir da implementação do *just-in-time/kanban*, da descentralização industrial, da terceirização, da subcontratação e da automação (ALVES, 2005).

Essas mudanças têm impactado fortemente a organização dos trabalhadores, sobretudo, o movimento sindical, que assume, crescentemente, estratégias políticas propositivas e neocorporativistas em detrimento da perspectiva da luta de classes. Mas, o aumento do desemprego, da exclusão social e da subproletarização também faz emergir novas formas de resistência do trabalho, sobretudo, mediante movimentos sociais de luta pela terra, por moradia, por políticas públicas etc. que apontam para a necessidade da emancipação social. Identificar os novos elementos que se manifestam na relação cidade-campo e no tecido

sócio-espacial, tendo como princípio norteador a relação capital-trabalho, torna-se, assim, uma tarefa primordial para a Geografia e para os geógrafos.

Desse modo, Thomaz Júnior (2002a) acredita na importância de se compreender os (re)arranjos territoriais provocados pelo processo de reestruturação produtiva do capital. “A cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho [...] e promovem profundos rearranjos territoriais.” (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p. 3). O domínio e a representação do espaço, portanto, o controle do território, sempre foram elementos fundamentais na relação de poder entre as classes sociais. Então, é preciso perceber que as inovações tecnológicas e organizacionais, bem como as novas tecnologias de telecomunicação, redimensionam profundamente a relação capital-trabalho a partir da criação de uma nova divisão social-técnica-territorial do trabalho na contemporaneidade, diminuindo substancialmente o poder político-ideológico da classe trabalhadora.

Sobre isso, Harvey (2006) ressalta o papel do rompimento das *barreiras espaciais* pelo capital, sobretudo, nos momentos de crise de superacumulação e de controle social, nas mais diversas formas assumidas pela relação capital x trabalho. A expansão geográfica e a diminuição do tempo de giro do capital (compressão do tempo-espaço) são importantes fatores para a superação das crises de superprodução e manutenção das relações capitalistas. O deslocamento das indústrias para “regiões subdesenvolvidas” proporciona uma série de vantagens políticas e econômicas ao capital, minimizando os efeitos das crises de superacumulação. Grosso modo, esse movimento cria oportunidades de reinvestir capitais excedentes inutilizados e, assim, inserir novas regiões na dinâmica da produção/distribuição/circulação/consumo (criando novos mercados) e, ao mesmo tempo, promove a desvalorização de capitais e da força de trabalho mediante a subutilização de equipamentos, o rebaixamento de salários e a extensão da jornada de trabalho. Além disso, é uma estratégia política eficaz para desmobilizar a organização sindical e adotar métodos de gestão e organização da produção e do trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 1996; 2006).

Encimado no cenário mercantil, por excelência fundado na produção/extração de mais valia, o capital tece dialeticamente seu mundo (re)construindo relações de subordinação, de controle e mando, que fundamenta a relação capital-trabalho. E desse mundo, no interior da luta de classes que também somos chamados ao desafio de entendermos a (des)territorialização dos atores sociais, envolvidos nesse processo, que na rabeira da expansão do parque fabril à escala planetária, anuncia uma fase específica do capitalismo. Esse processo sempre foi acompanhado da resistência do trabalho, ora dos camponeses para não saírem da terra, ora dos

já proletarizados trabalhadores, para não perderem o emprego, vide a rica história do movimento operário e camponês nos quatro cantos do planeta. (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p. 4).

Isso nos remete à recente territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO) no final da década de 1990. As transformações espaciais decorrentes desse fato são significativas e deixam à mostra a dinâmica dialética da sociedade capitalista que, por um lado, promove a modernização, eleva os índices de produtividade e circulação do dinheiro, mobiliza capitais e pessoas para realizar o processo produtivo, mas, por outro, faz surgir os elementos de sua negação, seja a partir da resistência dos trabalhadores recém-proletarizados, seja, com a organização dos trabalhadores do campo que apontam novas possibilidades de organização social. É possível perceber isso pela fundação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT), mesmo tendo ocorrido algum tempo após a instalação da indústria automobilística na cidade, bem como pela presença de movimentos sociais que lutam por políticas públicas para os pequenos produtores rurais no município e pela reforma agrária, como é o caso do Movimento Camponês Popular (MCP), ligado à Via Campesina.

Assim, é importante perceber a complexidade das tramas espaciais que envolvem as transformações provocadas pelo (re)arranjo territorial da indústria automobilística em Catalão (GO). Além da (des)territorialização dos trabalhadores, também é importante ressaltar a sua (re)territorialização a partir da mobilização e da organização sindical, assim como a articulação dos trabalhadores do campo que lutam por melhores condições de vida na terra. Com a reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que ocorre a resistência dos trabalhadores para não saírem da terra e para não perderem o emprego, conforme salienta Thomaz Júnior (2002), também se dá a resistência dos trabalhadores recém-proletarizados, contra a exploração capitalista nas áreas de recente industrialização, o que reforça seu caráter contraditório e a perspectiva da emancipação social.

Concorda-se com Thomaz Júnior (2002a, p. 7) que “[...] o que ainda não foi compreendido desse processo [...] é o conteúdo e a dinâmica dos rearranjos espaciais e territoriais do metabolismo do capital.” Por isso, torna-se, então, fundamental investigar a dinâmica espacial do processo de reestruturação produtiva, para o que é preciso reconhecer que as análises das transformações no mundo do trabalho tiveram importantes contribuições de outras ciências, como a Sociologia e a Economia, por exemplo. Entretanto, a Geografia pode e deve dar sua contribuição.

Mendonça (2004), na linha de estudos da Geografia do Trabalho<sup>1</sup>, salienta que é preciso resgatar o papel do sujeito social na teoria social, assim como o trabalho como categoria fundante da história. Outro aspecto importante que deve ser lembrado pelos geógrafos, ao analisarem as transformações espaciais, é a capacidade que a Geografia tem de identificar os diversos sujeitos sociais, econômicos e políticos, envolvidos na produção do valor nessa fase do capitalismo e as representações criadas que camuflam as contradições desse modo de produção. Assim, será possível perceber que cada forma de apropriação do espaço, ou seja, de formação de território, implica uma matriz espacial que permite a materialização das formas de reprodução vigentes, mediante os sistemas de ações que chegam a cada lugar e território através da eficiência dos objetos técnicos. “Dessa forma, toda a análise deve partir de um padrão espacial imposto/construído e, na contemporaneidade, o imperialismo é o paradigma para a interpretação do padrão espacial.” (MENDONÇA, 2004, p. 44).

Contudo, não se deve esquecer o papel do trabalho na conformação das transformações espaciais. A leitura do espaço não deve prescindir da relação existente entre os recursos naturais e as necessidades humanas, isso implica considerar as possibilidades criadas pela classe trabalhadora.

Trata-se assim de apreender não só a dinâmica do capital e sua materialização fracionada no território, mas também a ação dos trabalhadores que, mesmo subsumidos, impõem suas visões de mundo, motivadas pelas diferentes experiências sociais, e, além do que, disputam posições, assegurando a certeza de dias melhores para as gerações vindouras, desde que consigam se apropriar das contradições e as tornem razão para mover a aparente caducidade e inoperância das ações que apontam a emancipação social. (MENDONÇA, 2004, p. 44).

Nesse sentido, a categoria território é fundamental para instrumentalizar esta análise. Pois, como relação social e de poder, o território pode identificar disputas entre capital e trabalho em condições de reestruturação produtiva. Inicialmente o conceito foi incorporado à Geografia mediante uma concepção naturalista, a exemplo de F. Ratzel, que associava as relações de poder dos Estados ao tamanho e aos recursos naturais de seus

---

<sup>1</sup> “Essa Geografia vem sendo desenvolvida enquanto campo de estudos, ainda embrionário por alguns pesquisadores no Brasil, com destaque para o CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – UNESP – Presidente Prudente – que agrega diversos estudiosos que buscam compreender a ciência geográfica a partir da centralidade do trabalho. A intenção é efetivar análises geográficas considerando as categorias – espaço, território, paisagem, região, lugar etc., - disponibilizando pesquisas que possam ser apropriadas pelos trabalhadores ‘alumando’ as ações políticas transformadoras.” (MENDONÇA, 2004, p. 119).

territórios, evidenciando uma forte influência da teoria darwinista. Mas, atualmente, existem diversas abordagens e concepções de território que se tornam instrumentos fundamentais de pesquisa na ciência geográfica.

Raffestin (1993) de acordo com a perspectiva crítica se destaca neste debate com sua abordagem relacional. Entende o território a partir das relações sociais, que exprimem relações de poder. Outra contribuição fundamental do autor é a diferenciação estabelecida entre espaço e território, em que “[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Nessa perspectiva, o território “[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Outra concepção de território que auxilia a compreensão da territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO), considerando-se o processo de reestruturação produtiva, é a de Santos (1994). O autor procura entender, sobretudo, o uso do território, marcado pelo confronto entre a esfera da vida cotidiana e o fenômeno da globalização, que é “[...] habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los [...]” (SANTOS, 1994, p. 18). Assim,

[...] é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. (SANTOS, 1994, p. 15).

Ao se pensar o território sob a influência do processo de reestruturação produtiva não se pode esquecer que o capital exerce a gestão do território com o intuito de manter o controle social sobre os trabalhadores (THOMAZ JÚNIOR, 2002b). É importante não só desvendar as leituras feitas do território pelo capital, como também contrapor-se a elas, possibilitando uma nova leitura a partir dos trabalhadores. Mendonça (2004, p. 144) diz que “[...] o território é uma categoria essencial para os geógrafos e, sem dúvida, se constitui na materialização concreta das contradições expressas pela relação capital x trabalho, onde o trabalho, historicamente, subsumido ao capital necessita se emancipar.”

Dessa forma, uma leitura do território que considere a reestruturação produtiva e a relação entre capital e trabalho deve ter como objetivo desvendar a dinâmica

geográfica do trabalho a partir dos processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização. No caso desta pesquisa, isso requer investigar e mapear os desdobramentos da territorialização da indústria automobilística em Catalão, não apenas para os trabalhadores envolvidos diretamente no processo produtivo, mas também para os trabalhadores que se encontram no tecido sócio-espacial do empreendimento como um todo. É importante aqui identificar não apenas as representações impostas pelo capital automobilístico, mas também como os trabalhadores assimilam esses elementos e apontam, a partir disso, novas perspectivas.

Diante disso, propõe-se, a seguir, aprofundar o debate sobre as transformações na economia capitalista, sobretudo, com o enfraquecimento do fordismo/taylorismo e a emergência do paradigma toyotista no contexto da produção industrial. A partir dessa reflexão, se problematizará as transformações espaciais provocadas pela territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO), uma vez que essas mudanças nos processos produtivos formatam as particularidades do fenômeno de reestruturação produtiva, sendo essenciais para se analisar o espaço geográfico e a dinâmica do mundo do trabalho.

## **1.2 A reestruturação produtiva do capital e as mudanças no mundo do trabalho**

É sob a mundialização do capital que o processo de reestruturação produtiva vai se conformar. Seus efeitos se espacializam de forma desigual e combinada, expressando características próprias do movimento de autoexpansão do capital. Surgem novos processos industriais, novos métodos de exploração e controle da força de trabalho, mudanças nas localizações geográficas dos complexos industriais e reconstituição dos mercados de trabalho. Tudo isso, juntamente com os elementos da terceira revolução tecnológica e industrial, está dando um novo sentido para o trabalho no início do século XXI.

As mudanças não se restringem apenas ao âmbito das relações de produção, elas atingem fortemente a estrutura da classe trabalhadora, com consequências extremamente negativas para o conjunto social como um todo. Neste contexto, aponta-se a intensificação do desemprego estrutural, da terceirização, da subcontratação, da subproletarização, da perda de direitos trabalhistas, da precarização das condições de trabalho e do aumento da informalidade, o que deixa transparecer uma profunda crise do metabolismo social do capital, bem como uma crise da perspectiva da luta de classes entre os trabalhadores.

Antunes (1999) diz que esse momento é marcado por uma crise estrutural

do capital. “Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais e um quadro crítico [...]” (ANTUNES, 1999, p. 29). Para o autor, os sinais mais visíveis dessa crise estão na queda da taxa de lucro (decorrente do aumento do valor da força de trabalho no período pós-1945, no apogeu do fordismo-keynesiano), no esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (devido à sua fragilidade em responder a tendência de retração do consumo), na hipertrofia da esfera financeira (que assume crescente autonomia em relação ao capital produtivo), na intensificação da concentração de capitais (como consequência das fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas), na crise do *welfare state* ou do “Estado do bem-estar social” (em resposta à crise fiscal do Estado capitalista) e na acentuação das privatizações, da desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos, dos mercados e da força de trabalho.<sup>2</sup>

Harvey (1996) faz referência a esse momento mostrando a crise do regime de acumulação e regulamentação fordista/keynesiano, que impulsionou um movimento chamado por ele de *acumulação flexível*<sup>3</sup>. O período de crise, entre os anos de 1965 e 1973, mostrou a fragilidade do fordismo e do keynesianismo para lidarem com as contradições do capitalismo. A profunda recessão de 1973, impulsionada pela crise do petróleo, levou o capitalismo nas décadas de 1970 e 1980 a um momento conturbado de reestruturação de seus padrões de regulação sócio-espacial.

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. (HARVEY, 1996, p. 135)

Ameaçada por suas contradições internas e amarrada aos compromissos político-sociais do fordismo, a única saída viável para a economia capitalista foi recorrer aos métodos tradicionais de ampliação das taxas de lucro, por assim dizer, a exploração da mais-

---

<sup>2</sup> Ver Antunes (1999, p. 29-30).

<sup>3</sup> Segundo Harvey (1989), a acumulação flexível é um movimento assumido pelo capitalismo originado da incapacidade do fordismo de lidar com a crise. Para o autor, ela é marcada pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos princípios de produção industrial existentes no fordismo.

valia absoluta e relativa. Para isso, a flexibilidade se tornou uma ferramenta importante com o avanço científico e tecnológico, bem como houve necessidade de se buscar novos mercados, novos valores de uso e retomar as taxas de crescimento econômico em condições de contenção de mercados.

Antunes (1995) diz que o conjunto dessas transformações na gestão da produção capitalista teve consequências no mundo do trabalho a partir da década de 1980 com a incorporação da automação, da robótica e da microeletrônica, que invadiram o espaço fabril e alteraram significativamente o sentido da produção em série. “O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos [...]” (ANTUNES, 1995, p. 15).

Presencia-se formas transitórias de regulação da produção industrial. Em síntese, Antunes (1995) cita as experiências do norte da Itália com a “*especialização flexível*” que, segundo seus idealizadores, seria uma nova forma de organização da produção industrial que supera o capitalismo. Ela articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, em regimes artesanais. A *acumulação flexível* também surge nesse contexto, mas ainda se caracteriza como uma forma específica do capitalismo. Fundamenta-se em um regime de acumulação mais flexível em relação aos mercados de trabalho, de consumo e à capacidade de absorver inovações, uma adaptação do capitalismo às condições de sua crise estrutural. E, por fim, surge o *toyotismo* ou modelo japonês derivado das experiências das fábricas da Toyota no Japão. Também com um forte conteúdo de flexibilidade, esse sistema produtivo teve maior potencialidade de propagação, expandido-se praticamente em escala mundial, revigorando as condições de reprodução da sociedade capitalista.<sup>4</sup>

É necessário caracterizar essas mudanças e esses respectivos padrões de produção industrial, mesmo que rapidamente, para poder se pensar o conteúdo sócio-espacial do mundo do trabalho na contemporaneidade, sobretudo, o caráter das relações capitalistas de produção em condições de reestruturação produtiva. Assim, se terá mais subsídios para analisar a territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO) e a relação entre capital e trabalho atualmente.

---

<sup>4</sup> Mais detalhes ver Antunes (1995, p. 29-30).

### 1.2.1 Fordismo/taylorismo

Desenvolvido nas fábricas de Henry Ford nos EUA, no começo do século XX, o fordismo teve como uma de suas premissas a aplicação das técnicas de produção industrial elaboradas por F. Taylor, visando à maximização do trabalho. Processos de trabalho segmentados, especializados e rígidos e separação estanque entre gerência, concepção, controle e execução do processo produtivo foram algumas das principais características desse modelo. Além de submeter os trabalhadores ao forte controle hierárquico, o fordismo levava-os também a uma profunda perda de autonomia no processo produtivo, tamanha era a especialização ao se decompor e parcelar rigorosamente o processo produtivo através da linha de montagem – requeria-se dos trabalhadores a execução de apenas uma tarefa simples e objetiva visando, sobretudo, o aproveitamento do tempo.

Apesar de os dois termos, fordismo e taylorismo, serem muitas vezes usados como sinônimos um do outro, existem diferenças entre eles. Para alguns autores, o fordismo é tido, praticamente, como sinônimo de taylorismo, trabalho em série, ritmado em linha de produção. Para outros, o fordismo já é considerado um modo particular de vida, caracterizado pela aceleração do consumo em massa. Os críticos da Escola da Regulamentação<sup>5</sup> consideram o conceito reducionista, cuja função seria criar uma categoria para evitar considerar, ou camuflar, a atual crise do capitalismo. Para Soares (1998),

[...] o fordismo ou a organização fordista do trabalho é caracterizado como trabalho em cadeia, ritmado pela máquina, rigidez na produção, redução ao mínimo da necessidade de pensar e separação radical entre fazer e saber, para permitir o total controle mecânico do trabalhador e a exploração intensiva da sua força de trabalho. (SOARES, 1998, p. 22).

Para Harvey (1996) questões fundamentais diferenciam o fordismo do taylorismo, como a particularidade de Ford que:

[...] era sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de

---

<sup>5</sup> A Escola da Regulamentação é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa que surgiu em meados da década de 1970. Segundo a abordagem regulacionista, o capitalismo é um sistema naturalmente instável, sujeito a crises cíclicas. Porém, ele consegue se reproduzir durante um determinado período através da criação de um aparato regulatório que, uma vez aceito pelos agentes econômicos, tende a agir de forma anticíclica. Dois importantes conceitos utilizados por essa corrente de pensamento são: *regime de acumulação* (pressupõe um padrão de organização da atividade produtiva adequado ao padrão de consumo) e *modo de regulação* (conjunto de leis, valores, hábitos que mediam a relação com o regime de acumulação e mantêm a coesão social). Mais detalhes ver Harvey (1996, p. 117).

trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1996, p. 121)

Dessa forma, a regulação fordista ultrapassava as fronteiras das fábricas, enquanto o taylorismo seria apenas aquilo que se dava no interior das fábricas, no controle do trabalho no processo produtivo. Isso pode ser percebido quando Harvey (1996, p. 121) se refere aos estudos do líder comunista italiano Antonio Gramsci sobre o americanismo e o fordismo. O autor diz que

[...] os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida. Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo. (HARVEY, 1996, p. 121)

Mais à frente, Harvey (1996) chama a atenção ao dia de oito horas e cinco dólares implantado nas fábricas de Ford. A idéia não era somente disciplinar os trabalhadores ao processo produtivo, mas também dar-lhes tempo e dinheiro para que consumissem os produtos fabricados em massa e que pautassem sua vida na regulação corporativa.

Soares (1998) diz que o taylorismo/fordismo tem sido debatido por muitos estudiosos (até mesmo da esquerda tradicional bolchevique), mas não deixa de ser um tema espinhoso e controvertido. Segundo o autor, Lênin e Trotsky viam no taylorismo uma forma eficaz de racionalização científica do trabalho industrial e capaz de impulsionar a economia soviética e o regime socialista.

Com referência também a Gramsci, Soares (1998) diz que diferentemente da tradição bolchevique, este autor retomará o debate sobre o sistema fordista por caminhos diferentes. O americanismo e o fordismo seriam meios encontrados pelas classes dominantes para controlar os trabalhadores, tanto no plano cultural como social, buscando, sobretudo, a hegemonia.

[...] os adventos do fordismo e do americanismo estavam associados à constituição de uma nova hegemonia burguesa, que buscava se afirmar com base em princípios fortemente articulados, combinando coerção e força, persuasão e consenso/consentimento. (SOARES, 1998, p. 27).

Isso remete à necessidade de pensar as transformações na economia

capitalista a partir de sua contradição fundamental, que reside no processo de valorização do capital na produção, através da exploração da mais-valia. Por isso, o fundamento da análise das matrizes espaciais deve ser os interesses de classes, bem como, suas contradições e conflitos (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, MENDONÇA, 2004), de acordo com o modelo de produção e gestão vigentes, embora ainda em sua análise sobre o fordismo, Harvey (1996) afirma que

[...] A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. (HARVEY, 1996, p. 119).

Assim, se o fordismo passou a vigorar a partir da necessidade do capital de subordinar os trabalhadores ao processo de trabalho, do mesmo modo que outros modelos ele guarda em si as contradições e os conflitos de classe, que serão transferidos para o modelo que o substituir. A incorporação científica aos fins da produção capitalista teve o sentido justamente de transferir para as máquinas e para o capital o controle da produção, no intuito de diminuir as contradições e a autonomia operária (MARX, 2010). Isso “[...] nos ajuda a desmistificar qualquer traço (supostamente) de neutralidade, no implemento de novas formas de gestão da força de trabalho ou, até mesmo, da aplicação da ciência e da técnica modernas no processo de produção capitalista.” (SOARES, 1998, p. 29).

Para Harvey (1996) havia dois principais impedimentos para a plena consolidação do fordismo no período entre-guerras. Primeiramente, o autor se refere ao estado das relações de classe no mundo que não era favorável à aceitação por parte dos trabalhadores de um processo de trabalho “[...] puramente rotinizado, exigindo poucas das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo.” (HARVEY, 1996, p. 123). A segunda dificuldade é a inadequação dos mecanismos de intervenção estatal para controlar as oscilações de mercado e a instabilidade da economia capitalista. “[...] foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado.” (HARVEY, 1996, p. 124). Foi aqui que as formulações de Keynes se destacaram, pois elas buscavam no Estado o controle econômico, para o que o Estado deveria usar o

desenvolvimento de políticas públicas, monetárias e cambiais.

Com esse ajuste político-institucional que o keynesianismo representou, o fordismo vai atingir sua maturidade depois de 1945, dando início, nos EUA, a um surto econômico que se estendeu até 1973. Neste contexto, o capitalismo se dedica a uma expansão internacionalista e imperialista, trazendo para sua rede de relações muitos países de várias partes do mundo, inclusive da Ásia, como é o caso do Japão. É importante lembrar que o crescimento desse período e a consolidação do fordismo como regime de acumulação e regulação dependeram também de uma espécie de “compromisso” (um pacto social) estabelecido entre os principais sujeitos da base produtiva capitalista: capital, Estado e trabalho. A repercussão desse pacto social se deu de forma variada de região para região e de país para país, reflexo do grau de desenvolvimento das relações de classe.

De modo geral, o compromisso fordista representou, por um lado, a derrota dos movimentos operários radicais e a submissão dos sindicatos à disciplina legal do Estado. Por outro lado, a aceitação, por parte dos trabalhadores, dos métodos de produção fordistas e das estratégias de aumento da produtividade, de acordo com o desejo das grandes corporações, se dava mediante aumentos reais de salário, estabilidade no emprego, liberdade sindical, direito à negociação coletiva e também ganhos indiretos de salário, com investimentos públicos em habitação, educação, saúde, previdência e outros.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa do Meio Oeste e do Nordeste, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões como benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade. (HARVEY, 1996, p. 128).

Seguindo a distinção dos papéis dos sujeitos do pacto social, as corporações, por sua vez, tiveram que se ajustar para garantir o crescimento de investimentos, alinhando o aumento da produtividade à elevação da qualidade de vida (consumismo). “Isso implicava um compromisso corporativo com processos estáveis, mas vigorosos de mudança tecnológica, com um grande investimento de capital fixo, melhoria da capacidade administrativa na produção e no *marketing* e mobilização de economias de escala mediante a padronização do produto.” (HARVEY, 1996, p. 129).

O Estado, para garantir a contínua demanda por produtos, buscou o controle

dos ciclos econômicos, combinando uma série de políticas fiscais e monetárias, com as quais poderia fazer investimentos públicos. Muitos deles destinaram-se para os setores de infraestrutura, fundamentais para o crescimento econômico (como transporte, comunicações, serviços públicos etc.). “Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc.” (HARVEY, 1996, p. 129).

O trabalho organizado atuou, para a consolidação do compromisso fordista, sobretudo, na hegemonia, no campo político-trabalhista, da social-democracia que, por meio da atuação partidária, levou a luta de classes ao âmbito do exercício de poder do Estado, porém, de forma limitada.

Sob a alternância partidária, ora com a social-democracia ora com os partidos diretamente burgueses, esse compromisso procurava delimitar o campo da luta de classes, onde se buscava a obtenção dos elementos constitutivos do *welfare state* em troca do abandono, pelos trabalhadores, do seu projeto histórico-societal. Uma forma de sociabilidade fundada no compromisso que implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. (ANTUNES, 1999, p. 38).

Birh (1998) afirma que o fordismo, conceito criado pelos pesquisadores da “Escola da Regulamentação” francesa, ficou “comprometido pelo economicismo”, uma vez que privilegia as transformações econômicas em detrimento das transformações sociais. Birh (1998, p. 36) parte da hipótese de que o modelo de desenvolvimento adotado pelo capitalismo depois de suas crises estruturais de 1930 e 1940 “[...] foi fundamentalmente condicionado pelo compromisso entre burguesia e proletariado [...]”. Para o autor esse compromisso pode ser comparado a uma *barganha imensa*, na qual o proletariado renunciou ao projeto socialista em troca de seguridade social.

Em resumo, é a perspectiva de sair da miséria, da instabilidade, da incerteza do futuro e da opressão desenfreada, que basicamente caracterizaram até aquele momento a condição proletária. É juntamente a garantia de adquirir direitos, não só formais (direitos cívicos e políticos), mas reais (diretos sociais), cujo respeito seria garantido pelo Estado, e de ter acesso a uma vida se não agradável, pelo menos suportável (aceitável). (BIRH, 1998, p. 38).

Politicamente, esse compromisso permite à burguesia sufocar boa parte das camadas mais radicais do proletariado. E, assim, ao satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores nas economias industrializadas, legitima o pacto de classes, bem como, toda a

dinâmica desse regime de acumulação. Contudo, para Birh (1998), esse compromisso também lança um desafio para a classe dominante, uma vez que ele só poderia ser renovado na medida em que o próprio modelo de desenvolvimento se tornasse viável.

Outra questão levantada por Birh (1998) é que o compromisso fordista, ao garantir maior liberdade aos sindicatos e aos partidos políticos operários, também promoveu sua integração ao poder capitalista. “[...] o movimento operário seria progressivamente transformado em estrutura mediadora do comando do capital sobre o proletariado.” (BIRH, 1998, p. 46). Atuava então no sentido de canalizar a conflitualidade operária, propondo e impondo objetivos compatíveis com os termos do compromisso social. Assim, o movimento operário demonstrava uma verdadeira contradição e uma limitação.

A integração do movimento operário inerente a esse compromisso era então um processo profundamente contraditório. E essa contradição vai forjar o destino do modelo social-democrata do movimento operário durante esse período: embora tenha marcado seu apogeu, garantindo seu triunfo definitivo, o compromisso em questão marcaria também seus limites, conduzindo-o à via do declínio e, em parte, até da degradação. (BIRH, 1998, p. 47).

Após uma longa fase de crescimento econômico ininterrupto, o fordismo começa a dar sinais de crise durante as décadas de 1960 e 1970. Os benefícios não chegavam a todos. Os sindicatos, fundamentados na luta corporativa, privilegiavam as classes mais sólidas. Iniciaram-se revoltas das minorias excluídas e o movimento das mulheres, que não tinham os mesmos direitos que os homens. O Estado, por sua vez, ante o crescente descontentamento dos excluídos, no mínimo, deveria controlá-lo com políticas públicas compensatórias, de seguridade social. Na ponta do consumo, também havia críticas, sobretudo, em relação aos produtos de massa padronizados. A qualidade dos serviços prestados pela administração pública, fundamentada na racionalidade burocrática técnico-científica, também era alvo de críticas. Todas essas questões foram se agravando na medida em que se aumentava a concorrência intercapitalista, a partir da recuperação econômica da Europa e do Japão. (HARVEY, 1996).

Para Antunes (1999), outra questão que marca a crise do fordismo e do “Estado de bem estar social” é o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o conseqüente transbordamento da luta de classes.

[...] além do esgotamento econômico do ciclo de acumulação (manifestação contingente da crise estrutural do capital), as lutas de classes ocorridas ao

final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e início dos 70. (ANTUNES, 1999, p. 42).

Diante desse quadro surgem, particularmente após a crise de 1973, profundas mudanças na sociedade capitalista, apontando para um verdadeiro reajuste econômico, político e social. As transformações se iniciaram no âmbito da produção, mas atingiram a totalidade sócio-espacial. A crise de regulação fordista/keynesiana abre espaços para estratégias mais flexíveis de organização econômica, política e cultural, que buscam a ruptura do compromisso social-democrata, sobretudo, com a desregulamentação do trabalho corporativo e com mudanças nas formas de atuação do Estado, através da adoção das políticas neoliberais. Em suma, a estratégia é estabelecer nova hegemonia do capital na produção e na sociedade, usando para isso a reconfiguração da classe trabalhadora, atacando fortemente o operário-massa fordista, base fundamental do poder de classe dos trabalhadores nesse período. É nesse contexto que surgem as práticas da *acumulação flexível* e do *toyotismo* no final do século XX.

### 1.2.2 Acumulação flexível, toyotismo e as metamorfoses no mundo do trabalho

Entendida por Alves (2005) como uma ofensiva do capital na produção, a reestruturação produtiva implica novos padrões de organização da força de trabalho, portanto de controle social e subordinação dos trabalhadores aos pressupostos capitalistas. Estabelece-se uma nova ordem produtiva, com vistas a recuperar o ciclo reprodutivo do capital e, ao mesmo tempo, refazer seu projeto de dominação. (ANTUNES, 1999). Novos métodos de gestão são implantados, com o objetivo de adequar a exploração do trabalho à nova base técnica produtiva e destruir o poder de classe do operariado. Com isso, sob a égide da acumulação flexível, novas técnicas de gestão são implantadas, das quais o toyotismo tem destaque.

Nesse contexto, Harvey (1996) argumenta que podem ser percebidos dois momentos distintos, com a *acumulação flexível*, que foram cruciais para se aumentar o controle sobre a classe trabalhadora e garantir uma saída viável, dentro da perspectiva capitalista, para a crise estrutural. Primeiro, o capital usa a crise econômica e o desemprego

para dismantelar o poder sindical nas antigas regiões industriais fordistas, forçando a aplicação dos novos métodos produtivos e contratos de trabalho mais flexíveis. Segundo, o capital encontra menos resistência e mais incentivos para projeção de investimentos nas regiões com carência de industrialização. A cooptação e a expropriação dos trabalhadores e a presença de um massa subproletária nestes lugares garantiram, mesmo que temporariamente, a retomada do ciclo de reprodução capitalista e as taxas de lucro.

Para Harvey (1996), também ocorre uma forte fragmentação da estrutura dos mercados de trabalho. Sua nova configuração pode ser caracterizada da seguinte forma: o *centro* seria formado por trabalhadores em tempo integral, que dispõem de maior segurança no emprego, perspectivas de promoções e de reciclagem, previdência privada e outras vantagens indiretas. Este grupo, relativamente pequeno, tende a se reduzir. Dois subgrupos bem distintos formam a *periferia* dessa nova configuração do mercado de trabalho. O primeiro é de empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho e tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade. O segundo grupo oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e é composto por trabalhadores em tempo parcial, temporários, subcontratados e treinandos com subsídio público. Harvey, ao se referir ao segundo subgrupo *periférico* de trabalhadores, diz que “[...] as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos” (HARVEY, 1996, p. 144).

A crise do sistema capitalista também traz, para Birh (1998), uma crise do movimento operário, o que torna necessário investigar as novas formas de exploração e de dominação do trabalho, fundamentadas em uma “nova ordem produtiva” flexível, para se entender o crescente processo de fragmentação de classe presente nesse momento. Nesse contexto, verifica-se três formas distintas de atuação das indústrias capitalistas: a *fábrica difusa*, a *fábrica fluida* e a *fábrica flexível*. A *fábrica difusa* inverte o processo de concentração produtiva existente no fordismo, contudo a centralidade da grande indústria não deixa de existir. “[...] Em vez de concentrar em um mesmo lugar o máximo de funções produtivas e administrativas, o capital tende hoje, ao contrário, a espalhar a produção e o poder através de todo o espaço social” (BIRH, 1998, p. 88). Essa estratégia significou para as empresas capitalistas a externalização de uma parte das funções produtivas ou administrativas e até mesmo a difusão e o aumento da utilização da terceirização e da subcontratação. Entretanto, de modo algum essas novas formas de acumulação são contraditórias à nova centralização financeira do capital.

A *fábrica fluida* busca realizar a produção de forma contínua, eliminando as

porosidades existentes no fordismo, desde os tempos mortos entre as diferentes parcelas das operações, até os de percurso, a exemplo dos estoques e peças à espera. Aqui revela-se um dos objetivos da automação, que busca não apenas a substituição do trabalho vivo, mas principalmente a integração, que consiste em uma gestão informatizada dos fluxos produtivos. “[...] O objetivo disso é otimizar a combinação, no espaço e no tempo, das matérias-primas, das energias, dos equipamentos, dos homens, da informação etc., reduzindo ao mínimo os tempos mortos no encadeamento das operações produtivas.” (BIRH, 1998, p. 89). Entretanto, Birh (1998) diz que para esse processo ter êxito é preciso também modificar-se as formas de organização do trabalho. O trabalho especializado da célula fordista deve ser substituído por uma equipe de trabalhadores polivalentes e multifuncionais.

A *fábrica flexível*, por sua vez, está vinculada à saturação progressiva das normas de consumo fordista. É uma adaptação aos mercados mais incertos e heterogêneos. Aqui a flexibilidade do processo de trabalho requer também a introdução de meios de trabalho capazes de ajustar a capacidade produtiva a uma demanda instável, tanto em volume, como em composição. Nesse contexto, o papel da automação é fundamental para memorizar e executar um conjunto de operações diferentes e rapidamente reprogramáveis. A organização flexível do trabalho também tem papel relevante, seja para atuar em equipe, operar várias máquinas ou ocupar diferentes postos de trabalho, atendendo, assim, de forma rápida, às oscilações de mercado. Isso requer que os direitos trabalhistas também sejam flexíveis, para se contratar os trabalhadores em momentos de demandas e demiti-los quando os mercados estão em baixa, ou até mesmo quando não ocorrer a adaptação, por parte dos trabalhadores, às exigências da flexibilidade do trabalho.

Sendo assim, o que se percebe é uma crescente queda das estratégias fordistas de produção em massa e de controle da força de trabalho a partir do compromisso social-democrata e o fim de sua hegemonia. É importante lembrar que a acumulação flexível não rompe com o sistema capitalista; na verdade é uma forma mais elaborada de exploração da força de trabalho, intensificação da produtividade, aceleração do tempo de giro do capital e realização do valor, adequada à nova realidade da economia mundial, baseada em mercados restritos. Inaugura-se uma nova fase de retomada de poder do capital na produção a partir de padrões produtivos mais flexíveis que se fundamentam em um maior envolvimento dos trabalhadores no chão-de-fábrica. A especialização operária fordista é substituída pelo trabalho multifuncional/polivalente – que também não deixa de ser especializado – que captura a subjetividade operária através da gestão do envolvimento e da manipulação.

Estabelecida a crise, surgem então várias experiências de organização da

produção industrial no âmbito das empresas capitalistas, de forma que não é possível caracterizar um modelo puro e exclusivo. Para Antunes (1995), pode-se identificar os novos métodos produtivos a partir de elementos que surgiram na “Terceira Itália”, no Vale do Silício nos EUA e em algumas regiões da Alemanha. Contudo, o autor adverte que a experiência japonesa a partir do toyotismo foi a que demonstrou maior potencial universalizante, chegando até, em algumas regiões, a substituir completamente o fordismo.

Antunes (1995) resume os traços constitutivos básicos do toyotismo como sendo: a produção voltada para a demanda, sustentando-se na existência do *estoque mínimo*; o melhor aproveitamento do tempo de produção, garantido pelo sistema de *just in time*; utilização do *kanban* para a reposição das peças sem formar grandes estoques; surgimento do trabalhador polivalente, que opera várias máquinas; o trabalho em equipe, que dá maior flexibilidade à organização produtiva; um processo de horizontalização da produção (ao contrário da verticalização fordista) que estende os métodos toyotistas à toda a rede de fornecedores, garantindo assim a aplicação dos sistemas de qualidade e *just in time*; organização dos sindicatos por empresa, ao contrário da organização sindical por base territorial; o acesso ao emprego vitalício para uma parcela de trabalhadores; por fim, um maior envolvimento do trabalhador no processo produtivo, que passa a ser uma inovada forma de controle social do trabalho. Sobre essa última característica, é mister citar o exemplo dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e do trabalho em equipe, nos quais o processo se consolida da seguinte forma: se um operário falha na execução das tarefas, toda a equipe perde um bônus ou aumento salarial; diante disso o grupo se fiscaliza, passando a assumir o papel da chefia e garantindo a produtividade e a qualidade do produto. O mesmo procedimento poderá ser usado para o absenteísmo e outros problemas enfrentados pelas gestão industrial.<sup>6</sup>

O toyotismo conseguiu alcançar, para Alves (2005), um poder ideológico estruturante a partir dos anos 1980 e assumiu um papel predominante no processo de reestruturação produtiva do capital. Para o autor, o novo método de gestão da produção se tornou valor universal para o capital devido às novas condições de concorrência e de valorização na economia mundial, adequado que é tanto à nova base técnica da produção capitalista, quanto à dinâmica dos mercados restritos.

Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições

---

<sup>6</sup> Mais detalhes ver Antunes (1995, p. 26-27).

históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e portanto, uma nova subordinação, formal-intelectual do trabalho ao capital –, mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução [...]. (ALVES, 2005, p. 30)

Alves (2005) ainda acrescenta que tanto o taylorismo/fordismo, como o próprio toyotismo, são elementos constituintes da Segunda Revolução Industrial, que buscou a utilização e a racionalização “científica” do trabalho vivo. Em seu aspecto original o toyotismo até procura articular a continuidade da racionalização do trabalho de forma adequada às novas necessidades da acumulação capitalista. Contudo, seu elemento distintivo se deve ao fato de que não é possível entendê-lo apenas como uma inovação organizacional. Ele se torna um elemento decisivo no controle da subjetividade operária na produção capitalista, sem a qual não seria possível operar sua nova base técnico-produtiva.

Nesse sentido, o toyotismo busca instaurar uma nova hegemonia do capital no plano da produção, articulando coerção capitalista e consentimento operário. Seu objetivo não é instaurar uma sociedade racionalizada, como ocorreu no fordismo, mas sim uma fábrica racionalizada. A reconstituição dos padrões de acumulação capitalista ocorre, sobretudo, no âmbito intrafabril, na relação entre empresas. “Por isso, sob o toyotismo, agudiza-se a contradição entre racionalidade intra-empresa e irracionalidade social.” (ALVES, 2005, p. 40).

Assim como o fordismo buscou o consentimento operário para realizar a racionalização produtiva, o toyotismo também o fez, mas de forma quantitativa e qualitativamente diferente. O consentimento operário no toyotismo ocorre no âmbito da produção e da realização pessoal no trabalho, mas apresenta fortes contrastes em relação às empresas centrais, subcontratadas e terceirizadas, que não adotam os mesmos métodos, sobretudo quanto à remuneração e compensação financeira pelo trabalho. O processo ocorre mediante algumas pré-condições institucionais necessárias. Segundo Alves (2005), no Japão isso se dá a partir de três aspectos: o emprego vitalício, o salário por antiguidade, o sindicalismo de empresa. Atualmente pode-se estender esses aspectos para o campo das novas formas de remuneração, como o bônus por produtividade e a participação nos lucros e resultados. Para o autor a questão principal é instaurar um elo entre o desempenho do negócio e o comportamento operário.

Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela

rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas pela integração ou pelo ‘engajamento estimulado’ da equipe de trabalho com o processo de produção. O que pressupõe incrementar a manipulação por meio da supervisão e do controle operário exercido pelos próprios operários [...]. (ALVES, 2005, p. 53).

Para Alves (2005) existe um vínculo fundamental entre o toyotismo e a luta de classes, o que torna históricas as contrapartidas do capital sob esse sistema. Elas podem assumir diversas particularidades, pois acompanham a dinâmica do desenvolvimento capitalista. Assim, verifica-se a debilitação de algumas condições sócio-institucionais que garantiram o toyotismo em sua fase inicial, no período de ascensão do capitalismo japonês. Em sua generalização universal, as contrapartidas são ajustadas de acordo com a realidade sócio-histórica da economia mundial. “Diante da debilitação estrutural do mundo do trabalho, a partir dos anos 80, [...] as contrapartidas sociais clássicas do toyotismo tenderam a ser precarizadas, revistas (ou abolidas) pelo capital [...]” (ALVES, 2005, p. 56). Segundo o autor, o que tende a predominar é apenas o estímulo individual através da concessão de bônus salariais, em detrimento de alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício.

O processo de ocidentalização do toyotismo mescla, portanto, elementos presentes no Japão com práticas existentes nos novos países receptores, decorrendo daí um processo diferenciado, particularizado e mesmo singularizado de adaptação desse receituário. (ANTUNES, 1999, p. 57).

Mas, as consequências para os trabalhadores, em uma forma ou outra, em todos os lugares são extremamente negativas.

Se na concretude japonesa, onde se gestou e se desenvolveu, esse modelo tem estes contornos básicos, sua expansão, em escala mundial e sob formas menos *puras* e mais híbridas, tem sido também avassaladora [...] com consequências as mais negativas para o mundo do trabalho em escala ampliada. (ANTUNES, 1995, p. 29).

Em grande medida a reestruturação produtiva está promovendo significativas mudanças no mundo do trabalho. A flexibilidade e os elementos do toyotismo causam uma forte crise no movimento sindical através da captura da subjetividade dos trabalhadores pelo projeto capitalista, debilitando a capacidade de resistência dos movimentos sociais que representam a classe operária. Essa crise também atinge a materialidade do trabalho, sobretudo, devido às mudanças na composição do emprego, com o impulso ao

desemprego, à subcontratação, à terceirização e à subproletarização, que ruiu os aspectos homogêneos do mercado de trabalho fordista, bem como, seus estatutos sociais e ganhos salariais. Isso coloca a necessidade de se pensar os efeitos dessa processualidade para os trabalhadores, ou seja, como eles assimilam as mudanças e apontam novas perspectivas. É o que se pretende fazer no próximo tópico.

### **1.3 Heterogeneização, complexificação, fragmentação e precarização do trabalho**

As novas formas de organização do trabalho que surgiram a partir da reestruturação produtiva do capital, como a intensificação da terceirização, da subcontratação, do trabalho em tempo parcial, do trabalho temporário, do trabalho domiciliar e outras, provocaram o que muitos autores têm chamado de *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho. Os reflexos mais visíveis dessa dinâmica são a formação de um mercado de trabalho dual, a precarização crescente das condições de vida dos trabalhadores e a crise no movimento sindical.

Antunes (1995) diz que pode-se observar no mundo capitalista contemporâneo uma múltipla processualidade. Verifica-se a redução do trabalho industrial, sobretudo, do operário massa do período fordista, nos países de capitalismo avançado, mas com reflexos também em algumas regiões industriais dos “países em desenvolvimento”. De forma concomitante, se dá a expansão do trabalho assalariado no setor de serviços e no comércio. Esse movimento é acompanhado pela incorporação do trabalho feminino nas fábricas e pela intensificação da subproletarização, através do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do *desemprego estrutural*, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. (ANTUNES, 1995, p. 41-42, grifos do autor).

Nesse contexto, Birh (1998) argumenta que o proletariado ocidental pode ser caracterizado atualmente em três grandes grupos. Os *proletários estáveis e com garantias*, que não foram prejudicados pela crise no regime fordista e pela rediscussão da relação salarial. Contudo, a partir do momento em que a crise se prolonga, esse núcleo de

trabalhadores pode se reduzir ou mesmo ter suas garantias restringidas. Os *proletários excluídos do trabalho*, que geralmente são proibidos de ter acesso ao mercado de trabalho (particularmente os jovens) ou mesmo são excluídos da vida ativa (como os idosos). Esse grupo de trabalhadores é atingido pelo desemprego de longa duração, por isso eles tendem a depender crescentemente da seguridade social, seguindo vários estágios, e podem acabar na profunda pobreza e miséria. Entre esses dois extremos, existe a *massa flutuante de trabalhadores instáveis*, formada por diferentes categorias. São os proletários das empresas que operam por subcontratação e por encomenda, trabalhadores em tempo parcial, trabalhadores temporários, estagiários e os trabalhadores da “economia subterrânea”.

Essas diferentes categorias de trabalhadores têm em comum a submissão a um conjunto de constrangimentos: instabilidade de emprego e, portanto, de renda; desregulamentação mais ou menos forçada de suas condições jurídicas de emprego e de trabalho (em relação às normas legais ou convencionais); conquistas e direitos sociais em regressão; com frequência, ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo, ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência à individualização extrema da relação salarial. (BIRH, 1998, p. 86).

As consequências dessa cisão da classe trabalhadora para a organização sindical são extremamente graves, uma vez que os diferentes segmentos tendem a se distanciar e se isolar crescentemente. É o que Thomaz Júnior (2002b) chama de gestão territorial do capital, que, com o processo de alienação do trabalho, busca manter sua hegemonia de classe. Esse processo pode ser verificado entre trabalhadores que se encontram dentro de uma mesma cadeia produtiva, mas estão em empresas diferentes e não são representados pelo mesmo sindicato. Isso é o que ocorre na indústria automobilística em Catalão (GO), onde o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT) não representa os trabalhadores dos setores de fornecimento de peças plásticas, fornecimento de tinta, do serviço de vigilância, do serviço de alimentação, do serviço de limpeza e outros.

Assim, a gestão do capital sobre o território pode ser vista como sendo sua própria autogestão territorial que tem como limite a abrangência da estrutura empresarial, diferentemente do trabalho que se vê e se ‘lê’ na razão fragmentária da divisão técnica do trabalho e por via de consequência a partir do formato corporativo delimitado pela CLT e refletido na própria existência dos sindicatos. A configuração territorial (alienada) resultante nos mostra que o trabalhador além de estar alienado do produto de seu trabalho, está também alienado da sua identidade com o semelhante (ser social), não se reconhecendo mais como proletário, mas como bancário, motorista, químico, professor etc. Por outro lado, o sindicato ao expressar-se territorialmente, aliena-se triplamente, ou seja, fracionado enquanto

categoria, delimitado territorialmente com base na determinação legal (municipal) imposta pela CLT e consoante a localização da empresa. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p. 10).

Harvey (1996) diz que os efeitos da acumulação flexível sobre o trabalho foram diversos, mas o domínio e o controle do espaço foi fundamental para se (re)estabelecer a hegemonia capitalista. A partir das estratégias de desconcentração espacial da indústria, do maior poder de flexibilidade e mobilidade, as empresas aumentaram a pressão sobre a força de trabalho, cada vez mais ameaçada pelo crescimento do desemprego, e impôs contratos de trabalho mais flexíveis, rebaixou os salários e atacou as organizações sindicais trabalhistas. Os efeitos dessa situação podem ser vistos na debilitação da organização dos trabalhadores e do poder sindical.

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1996, p. 141).

Para Harvey (1996, p. 143), “[...] é difícil esboçar um quadro geral claro, visto que o propósito da flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa [...]”. O autor chama a atenção para uma das principais estratégias das empresas capitalistas, que, por conseguinte, intensifica a heterogeneidade da classe trabalhadora, que é a “[...] aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado.” (HARVEY, 1996, p. 143).

A subcontratação assume um papel qualitativo nas transformações no mundo do trabalho e no processo de reprodução do capital nesse momento. “Isso segue um padrão há muito estabelecido no Japão, onde, mesmo no fordismo, a subcontratação de pequenas empresas agia como protetora das grandes corporações do custo das flutuações de mercado”. (HARVEY, 1996, p. 144). Com isso, ela permite o surgimento e a formação de pequenos negócios e até mesmo o reaparecimento de sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista, que assumem agora um papel central na produção capitalista. Os efeitos para a luta de classes são evidentes, uma vez que os sindicatos dependem bastante da aglomeração dos trabalhadores nas fábricas para se fortalecerem, sendo extremamente difícil ter acesso a esses sistemas de trabalho subcontratados de origem

familiar.

Também é possível pensar a *complexificação* e a *heterogeneização* do trabalho quando se analisa o crescente papel (e presença) das mulheres nos processos produtivos e nos mercados de trabalho. Para Harvey (1996) os efeitos são duplamente observáveis. De um lado, as novas estruturas de organização do trabalho facilitam a exploração das mulheres em ocupações em tempo parcial, assim como o retorno dos sistemas de subcontratação, como trabalho doméstico e familiar, permite o trabalho feminino feito em casa. Por outro lado, a mundialização econômica e a consequente expansão do parque fabril dos países de economias emergentes permitem ao capital transferir, para esses espaços, sistemas de produção híbridos que mesclam técnicas fordistas com elementos da acumulação flexível e do toyotismo e ali explorar a força de trabalho feminina, que se encontra em situações extremamente vulneráveis, tanto de emprego, quanto de salário.

Antunes (1995) também diz que parte expressiva do incremento da força de trabalho, impulsionada pela reestruturação produtiva, é composta por mulheres. Elas ocupam não apenas o setor têxtil, mas também a indústria de microeletrônica, os serviços e parte das indústrias. O autor ainda ressalta que

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre *singularidades* que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da *materialidade* e da *subjetividade*, tanto a contradição entre o *indivíduo* e *sua classe*, quanto aquela que advém da relação entre *classe* e *gênero*, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. (ANTUNES, 1995, p. 46).

Para Alves (2005), uma das principais consequências para a classe trabalhadora provocadas pela reestruturação produtiva, é o seu processo de fragmentação, que fez emergir uma crise no movimento sindical moderno de cariz estrutural. Alves (2005) argumenta que as transformações na economia capitalista estão reduzindo a classe operária industrial, ao mesmo tempo em que a incorporação à lógica do toyotismo leva ao surgimento de novas qualificações, integradas à organização da dinâmica capitalista. Entretanto, esse desdobramento contrasta com a expansão precária da classe trabalhadora nas bordas do sistema produtor de mercadorias.

[...] surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidades de subcontratação industrial e de “serviços” (vale dizer, um neoproletariado “pós-moderno” com estatutos

sociais precários). (ALVES, 2005, p. 67).

A diminuição da classe operária tradicional nos principais países capitalistas pode ser visualizada, sobretudo, depois dos anos 1980 e 1990, impulsionada pelas políticas neoliberais e pela reestruturação produtiva do capital. Não foi apenas a automação (cujo objetivo é dar respostas à produtividade e competitividade nos mercados) que contribuiu para esse processo, mas também a (re)localização industrial, que acentuou algumas tendências estruturais de redução da classe operária. “A desindustrialização de importantes países capitalistas como os EUA, a Alemanha Ocidental e a Grã-Bretanha decorre, de certo modo, dos movimentos de realocação industrial.” (ALVES, 2005, p. 68). Muitas indústrias se deslocaram para os países periféricos formando uma nova divisão internacional do trabalho, sobretudo, dos ramos dos produtos têxteis, de vestuário e calçadista. No caso do Brasil, também pode-se acrescentar as empresas do setor automobilístico, sobretudo, durante a década 1990 que, além de receber um elevado número de investimentos externos ao setor, promoveu a reestruturação e desindustrialização interna, atingindo o pólo mais avançado de resistência operária do país, o ABC Paulista.

Assim, fica claro que a redução da classe operária não ocorre apenas nos países capitalistas centrais. Como as transformações no mundo do trabalho são de natureza estrutural, essa tendência também atinge os países periféricos industrializados.

Nos países do Terceiro Mundo industrializados como o Brasil, a classe operária ainda mantém, pelo menos até os anos 80, presença significativa nas indústrias. Entretanto, em virtude da mundialização do capital, as empresas, conglomerados e corporações transnacionais no Terceiro Mundo, como é o caso da indústria automobilística, tendem a adotar, cada vez mais, em maior ou menor proporção, os mesmos padrões tecnológico-organizacionais do centro capitalista [...]. O complexo de reestruturação produtiva que atinge o Terceiro Mundo tende a debilitar o mundo do trabalho, (re)construindo [...], pela desindustrialização, os pólos de modernidade industrial, instaurados na época da industrialização emergente. (ALVES, 2005, p. 69).

Alves (2005) acrescenta que a redução numérica da classe operária no centro da produção capitalista tende a ocultar sua expansão na periferia, através da subcontratação em ramos industriais e de serviços. Como um componente contraditório da modernização capitalista, ocorre, por um lado, sob a mundialização do capital, o crescimento e alargamento da classe dos trabalhadores assalariados, por outro, se dá o aumento do desemprego estrutural, que estabelece um novo patamar de exclusão social nas principais economias mundiais.

Por isso, uma importante revisão conceitual é proposta por Alves (2005) para a população trabalhadora excedente. O termo utilizado por Marx para caracterizá-la é “exército industrial de reserva”, ou seja, aquele contingente de trabalho que, apesar de não estar efetivamente participando do processo produtivo, sempre tem a expectativa de ser recrutado.

Com a mundialização do capital, ocorre uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) da categoria de “população trabalhadora excedente”, capaz de expressar a nova forma de ser do mundo do trabalho sob a nova ofensiva do capital na produção. O que antes poderia ser considerado “trabalhadores assalariados excedentes”, sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós-grande indústria, sob a mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, “população trabalhadora excluída”. O “excedente” inverte-se em “excluído”. (ALVES, 2005, p. 76).

Diante disso, a subproletarização assume um papel crescente sob a mundialização do capital. Ela “[...] é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria, seja nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital.” (ALVES, 2005, p. 78). A subproletarização assume um mesmo grau de importância que o desemprego estrutural para a nova ordem do capital. Mas, o que se percebe é que o debate em torno da quantidade de empregos sobrepõe-se ao da qualidade dos novos postos de trabalho.

Assim, a nova territorialização da indústria automobilística brasileira nos anos 1990 não pode ser entendida de forma isolada do processo de reestruturação produtiva, portanto, do fenômeno de *heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho*, ou seja, do movimento contraditório da sociedade capitalista que se mobiliza sempre para a exploração da mais-valia. É por esse viés que se pretende compreender as transformações espaciais decorrentes da territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO) que, no contexto da desconcentração industrial que atinge o ABC Paulista no final do século XX e debilita o maior pólo de resistência operária do país, redefinem profundamente a dinâmica econômica, social e espacial do Sudeste Goiano, intensificando os fluxos de produtividade da economia mundial, agudizando as contradições entre capital e trabalho, (re)estabelecendo a mobilidade do trabalho, colocando, assim, novas necessidades para os trabalhadores dessa região. Percebe-se, no caso de Catalão (GO), não apenas a presença das novas condições precarizadas que caracterizam a materialidade e a subjetividade da classe operária atualmente, mas também a intensificação das contradições que impulsionam a resistência dos trabalhadores e que caracterizam as relações capitalistas de produção.

Isso coloca a necessidade de uma relação da Geografia com o tema trabalho, sobretudo, para se perceber os (re)arranjos espaciais e territoriais provocados pela reestruturação produtiva do capital. Thomaz Júnior (2002b), numa perspectiva geográfica, caminha nesse sentido ao pensar a ferocidade da espacialização da reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora no Brasil. Para o autor ela se manifesta de várias formas: pela intensificação das transferências de atividades produtivas, pelas mudanças implementadas para adequar a participação da rede de fornecedores à nova territorialidade da produção/distribuição/circulação/consumo e pelo deslocamento e/ou “desconcentração geográfica” industrial, que repercute diretamente sobre os trabalhadores e suas instituições político-representativas.

Mendonça (2004), nesse contexto, argumenta que, para responder à sua crise estrutural, o capital reelaborou suas estratégias de organização, implementou mudanças na esfera financeira e produtiva e reorganizou seu sistema político e ideológico, reconstruindo suas bases territoriais e de poder sobre a classe trabalhadora.

[...] As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas e o surgimento de novas categorias de trabalhadores acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e, conseqüentemente, na composição da classe trabalhadora e na ação política desses trabalhadores. Essa constatação levou grande parcela do movimento sindical a elaborar pautas reivindicatórias apenas para a manutenção dos direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores, sem, no entanto, refletir sobre a necessidade de pensar estratégias – pela classe trabalhadora metamorfoseada – para superar e/ou apontar alternativas concretas de lutas rumo a uma *nova sociedade*, para além da sociedade do capital. (MENDONÇA, 2004, p. 142, grifos do autor).

A partir da década de (19)90 é possível perceber no Brasil como é emblemático para a classe trabalhadora o processo de reestruturação produtiva. Grande parte do movimento sindical que surgiu no final da década de (19)70 e início da década de (19)80, responsável por avanços significativos na organização dos trabalhadores, é solapado no decorrer da década de (19)90. De uma política que questionava as contradições da economia capitalista, que lutava por avanços e maiores garantias na legislação trabalhista no país, o movimento sindical brasileiro neste período passa a ser marcado por uma estratégia de consenso com o capital, visível a partir das políticas adotadas pela Força Sindical, como o sindicalismo de resultados, e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), como as “Câmaras Setoriais” no ABC Paulista. (ANTUNES, 1995; SOARES, 1998).

Nesse contexto, os rebatimentos para a classe trabalhadora são os mais

negativos e produzem diferentes espacialidades. Para Thomaz Júnior (2002b), o estigma de subordinado e dependente enquadra o Brasil numa condição subalterna. Em linhas gerais o autor aponta o seguinte:

1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; 4) verificou-se também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, sub-contratado, *part-time*, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p. 7)

Thomaz Júnior (2002b) ainda ressalta que o processo de reestruturação produtiva no Brasil repercute, de forma crescente, no alargamento do setor informal. Situam-se nele trabalhadores empregados e desempregados, mas sua atuação não se dá de forma autônoma como antes. “[...] Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 07). Do trabalho domiciliar à camelotagem, é possível perceber que a informalidade se ampliou e complexificou, mas se encontra vinculada às novas formas de organização da produção.

Cresce também a ofensiva do capital sobre os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores. Tendo como agente o Estado, o capital tenta burlar a legislação e até modificá-la para flexibilizar o trabalho, em nome da “geração de empregos”. Pode-se citar, por exemplo, a implementação do banco de horas, que flexibiliza o horário de trabalho, permitindo às empresas aumentar a jornada em momentos de demanda de mercado sem pagar horas-extras.

Contraditoriamente, se por um lado, o avanço tecnológico e informacional proporciona as condições reais de tempo livre para a classe trabalhadora, por outro lado, a lógica voltada para a acumulação do capital faz expandir o fenômeno de estranhamento, diminuindo o trabalho vivo, intensificando a produtividade, ampliando o processo de terceirização, subproletarização e minimizando o controle dos trabalhadores nos processos produtivos. Além disso, é importante ressaltar que o capital não opera o estranhamento e a

alienação do trabalhador apenas dentro do espaço da produção, ele também o faz na esfera da vida fora do trabalho, no espaço do consumo, submetendo os trabalhadores e seu tempo livre aos valores do capital e aos princípios do consumo de mercadorias. Percebe-se com isso que, na sociedade capitalista, tanto na atividade laborativa, quanto na vida social fora do trabalho, se edificam as barreiras que impedem a realização de uma subjetividade cheia de sentido (ANTUNES, 1999).

Todas essas transformações no espaço geográfico mostram como o capital ampliou efetivamente suas relações sociais de produção, agora, sobretudo, fundamentado em outras bases de regulação e controle social do trabalho que vão além do mundo fabril.

O mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho; o trabalho tem seu sentido ampliado, revelando-se polissêmico. Em tempo de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p. 9).

Thomaz Júnior (2002b) argumenta que não é mais possível compreender a classe trabalhadora a partir do “chão-de-fábrica” que tem como referência o regime de acumulação fundamentado no fordismo/taylorismo. Para o autor, na atualidade é preciso considerar como parte integrante do mundo do trabalho:

a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que (mesmo de forma precarizada) se garantem com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescados etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p. 9)

Mendonça (2004) argumenta que uma leitura do território que busque compreender a complexidade da sociedade contemporânea e a territorialidade da relação capital x trabalho deve perceber as diversas formas assumidas pelo trabalho na contemporaneidade enquanto desdobramento do movimento de (re)produção do capital e *desvendar* que, apesar de *fragmentado, complexificado e heterogeneizado*, o trabalho constitui-se ainda elemento fundamental para a humanidade. Nesse contexto, o autor coloca a necessidade de uma relação da Geografia com o trabalho e com as possibilidades criadoras, emanadas dos movimentos sociais. É a partir da *contradição viva* (territorializada mediante os

elevados índices de produtividade e, paralelamente, os impactos sócio-ambientais e a degradação das relações sociais de trabalho) que será possível perceber a apropriação do espaço, portanto, a produção dos territórios e a resistência dos trabalhadores.

Nesse cenário, no que se refere ao movimento de territorialização/desterritorialização/reterritorialização dos trabalhadores, as pesquisas constataam que os segmentos mais qualificados e intelectualizados da classe trabalhadora, que atuam nos setores de tecnologia de ponta, se encontram mergulhados num intenso processo de manipulação no interior do espaço produtivo. Sujeita aos novos métodos de gestão implementados pelo toyotismo, a participação dos trabalhadores se dá através de “parceria” com a empresa, enquanto seus *saberes-fazeres* são apropriados. Os trabalhadores estáveis, herança do regime fordista, ameaçados pela eliminação do trabalho vivo, pelo crescente processo de terceirização e fragmentação, se veem desmobilizados e desarticulados pelas fissuras na subjetividade da consciência de classe. Na maioria, pautam suas lutas na manutenção dos direitos trabalhistas já conquistados e/ou tentam negociar o processo de reestruturação, as demissões, os reajustes e os novos ganhos salariais.

Os trabalhadores que vivenciam os diversos estágios da subproletarização, os desempregados, os excluídos e expulsos do trabalho são os sujeitos com maior potencial de estabelecer as ações anticapitalistas mais ousadas. Além disso, destaca-se o protagonismo dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Camponês Popular (MCP) – nascido de uma dissidência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – na luta e organização dos trabalhadores do campo e da cidade.

Diante disso, Thomaz Júnior (2002b, p. 9) acredita que, a partir de uma compreensão ampliada de classe trabalhadora, será possível perceber a complexidade da malha social que reflete as principais características do espaço geográfico na atualidade, ou seja, “[...] o conteúdo contraditório da luta de classes e os elementos estruturantes da relação capital-trabalho”. Assim, é a análise do ordenamento territorial decorrente dessa dinâmica social que vai guiar a investigação do significado dos fenômenos nos lugares. É a partir das pesquisas, e da compreensão histórico-geográfica do trabalho, que se torna possível dialogar sobre os rumos do mundo trabalho e da luta emancipatória. Isso é o que se propõe realizar nas páginas seguintes.

## CAPÍTULO II

### **2 A NOVA TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL NOS ANOS (19)90: a Mitsubishi Motors em Catalão (GO) e as transformações espaciais**

Global e ampla, acontecendo da regulação do trabalho à nova organização do Estado, pode-se por isso falar de uma reestruturação produtiva, industrial, estatal e espacial, expressões que remetem a recortes parciais do processo. A reestruturação produtiva refere-se à nova regra de regulação do trabalho no âmbito das fábricas, que consiste na troca das normas fordistas pelas normas toyotistas de organização. A reestruturação industrial remete às inovações tecnológicas da terceira revolução industrial. Desse ponto de vista, a reestruturação pode ser entendida como o conjunto das trocas de meios técnicos que centram os fabricos nos processamentos da microeletrônica e da informática, isto implicando a implementação das regras de flexibilização da produção e do trabalho, combinando e confundindo assim reestruturação industrial e reestruturação produtiva. A reestruturação estatal é o conjunto das reformas neoliberais do Estado, cujo exemplo é a transferência do patrimônio público para o poder privado [...]. Por fim, a reestruturação espacial é o novo ordenamento territorial que emana disso tudo.

(MOREIRA, 2003)

## **2.1 O desenvolvimento da indústria automobilística no país e a reestruturação espacial no final do século XX**

De acordo com Moreira (2003), a indústria automobilística foi um dos setores mais importantes da economia brasileira ao longo do seu processo de industrialização, sobretudo, na sua segunda etapa, fundamentada na substituição de importações de produtos duráveis e no regime de acumulação com base no ramo automotivo. Assim, é mister se analisar aqui o contexto histórico-geográfico, ainda que de forma geral, da implantação e consolidação da indústria automobilística no país para se compreender melhor como ocorre sua reestruturação a partir da década de (19)90, quando novas empresas foram atraídas para o território nacional e se instalaram em regiões até então com pouca tradição industrial, como é o caso da territorialização da indústria automobilística em Catalão (GO), no Centro-Oeste brasileiro.

As primeiras montadoras a se instalarem no país o fizeram na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no período de 1920 a 1950, motivadas pelo seu dinamismo econômico. A Ford se instalou em São Paulo, em 1921, e a General Motors se instalou inicialmente em São Paulo, em 1925, mas inaugura oficialmente sua primeira fábrica em São Caetano do Sul, em 1930. A acumulação interna vivenciada por essa região, que levou à criação de um mercado diversificado e a atuação estatal no sentido de criar infraestrutura urbana e de transporte necessária a reprodução do capital (por exemplo, os eixos ferroviários com acesso ao porto de Santos-SP), foi, sem dúvida, o que atraiu o capital internacional naquele momento.

A partir da década de (19)50 a industrialização nacional pautada na política de substituição de importações, sofreu novo impulso. As diretrizes governamentais pretendiam incentivar a fabricação interna de produtos e bens duráveis, a fim de promover o desenvolvimento autônomo da indústria brasileira. Entre as indústrias que mais se beneficiaram com tais medidas está a automobilística. Segundo Botelho (2000),

Em 1953, o governo brasileiro decidiu impor pesadas tarifas visando reduzir a importação de automóveis, justificadas por desequilíbrios na balança comercial. O item “automóveis e componentes” era a maior conta individual nas importações. Em seguida, o governo passou a preparar planos para um novo passo no processo de industrialização. O objetivo era a promoção de um grande surto de indústrias modernas relacionadas com a indústria automobilística. (BOTELHO, 2000, p. 63, grifos do autor).

Assim, no contexto do “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), outras empresas fabricantes de automóveis foram atraídas para o território nacional, entre elas a Volkswagen, que se associou ao capital nacional (especificamente, ao Grupo Monteiro Aranha) para se instalar no país. Essas empresas preferiam se instalar na RMSP. A mão-de-obra barata, o mercado consumidor diversificado, os incentivos oferecidos por algumas prefeituras (como grandes obras de terraplanagem) e os investimentos já existentes em infraestrutura urbana e de transportes, com destaque para as rodovias pavimentadas, ofereciam as condições propícias para a reprodução ampliada do capital, que alcançaria, neste local, um estágio muito superior em relação a outras regiões do país. Botelho (2000) considera como elementos importantes para o aumento da quantidade de indústrias automobilísticas o adensamento territorial, as rodovias e a oferta de mão-de-obra.

A implantação industrial nas áreas de influência das auto-estradas (principalmente as Vias Dutra e Anchieta) passa a superar em intensidade a instalação de novas fábricas no domínio das ferrovias. O destaque que o município de São Bernardo do Campo passa a ter a partir da década de 1950 pode, em boa parte, ser explicado pela presença da Via Anchieta e pela sua proximidade com os subúrbios industriais mais antigos, fornecedores de mão-de-obra para as suas fábricas. (BOTELHO, 2000, p. 64).

Assim, após a década de 1950, a configuração da indústria automobilística no país já incluía a Volkswagen, a GMB, a Willys-Overland, a Toyota, a DKW-Vemag e a Simca francesa que, absorvida pela Chrysler internacionalmente na década de 1960, passa seus negócios no Brasil para a Volkswagen. Na década de 1970, a Fiat e a Volvo passam a compor essa lista. Essas últimas, por sua vez, preferem se instalar fora da RMSP, optando, respectivamente, por Betim (MG) e Curitiba (PR), motivadas pelos incentivos fiscais e pela baixa atividade sindical.

Segundo Botelho (2000), apesar da política protecionista ter contribuído para estimular o desenvolvimento autônomo da indústria automobilística e sua modernização, esta situação criou um monopólio dos mercados. De acordo com Silva (2002), as quatro maiores empresas do setor (as americanas General Motors e Ford, a alemã Volkswagen e a italiana Fiat) controlavam grande parte do mercado nacional.

É importante ressaltar que, embora possa se falar da ocorrência de práticas produtivas e de organização do trabalho fordistas/tayloristas nesse período no país, tal conceito dificilmente pode ser utilizado como um conjunto de práticas sociais em áreas mais amplas do território nacional (BOTELHO, 2000). Um dos principais elementos a se

considerar é a inexistência do chamado compromisso fordista, que proporcionava algumas garantias aos trabalhadores, bem como a ausência da formação de um amplo mercado de massas. A forma de industrialização no país, marcada pela “substituição das importações”, fundamentou-se, em verdade, na existência de um grande contingente de mão-de-obra barata, o que possibilitou aos capitalistas a manutenção de uma elevada taxa de exploração do trabalho.

Botelho (2000) ainda argumenta que o golpe de Estado de 1964 foi decisivo para garantir e expandir o regime de trabalho predatório. A atuação da ditadura militar instalada baseava-se em quatro etapas. A primeira era a repressão da atividade sindical, impedindo seu fortalecimento no período de retomada do crescimento econômico. A segunda, no abandono da política de elevação do salário mínimo. A terceira, a imposição de uma política de contenção dos salários do funcionalismo público. E, por fim, a substituição do instituto da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), facilitando a rotatividade do trabalho.

Segundo Botelho (2000), pode-se dizer que o compromisso fordista que se estabeleceu no Brasil foi primordialmente entre o grande capital estrangeiro e o Estado brasileiro, sem a participação dos trabalhadores na distribuição da riqueza produzida com o crescimento econômico, no fundo público específico para isso, como previa originalmente essa proposta (fazer crescer o bolo para depois dividi-lo). O autor ainda argumenta que no país o termo *fundo público* seria melhor empregado como *fundo estatal*, uma vez que a apropriação desse recurso por apenas alguns grupos sociais, sem a participação mais ampla da sociedade, caracteriza um verdadeiro esquema de autoritarismo e “privatização do fundo público” brasileiro. Os recursos estatais foram prioritariamente destinados para o estabelecimento de infraestrutura e de um parque industrial que atraísse o capital internacional para o país, o que requeria o abandono do atendimento às demandas sociais, mas, ao mesmo tempo, o impedimento de manifestações populares a esse respeito que, com certeza, surgiriam.

Botelho (2000) mostra que se, por um lado, o regime militar teve um importante papel no processo de industrialização do país, por outro, contrariamente aos interesses do capital, contribuiu para a emergência e a rearticulação de um movimento sindical mais aguerrido, que passou a questionar a estrutura sindical vigente e a se reconhecer como *novo sindicalismo*. Entre os setores do trabalho mais organizados estavam os operários metalúrgicos, sobretudo, da região do ABC paulista.

Paradoxalmente, enquanto o Estado brasileiro buscava reprimir a ação sindical independente, desde meados da década de 70 aflorava à superfície da vida política nacional uma classe trabalhadora bastante ampliada numericamente, diversificada e concentrada nos setores dinâmicos da acumulação. Se, por um lado, o regime militar perseguiu e desarticulou o movimento sindical, por outro, aprofundou a industrialização e a urbanização, assalariou e *modernizou* o campo, expulsando seus trabalhadores, expandiu o aparelho estatal e os serviços, assegurando novas e ampliadas bases urbanas e rurais, industriais e de classe média para um amplo movimento sindical em escala nacional. (BOTELHO, 2000, p. 71)

A industrialização do território nacional, particularmente o incremento da indústria automobilística até a década de 1990, também revela particularidades em relação à localização das plantas industriais. Diante de um contexto de pouca concorrência, reserva de mercado e mão-de-obra barata, entre outras vantagens, as empresas do setor continuaram sendo atraídas para a região concentrada de São Paulo. Com base na localização das quatro maiores montadoras de veículos leves do Brasil, Silva (2002) argumenta que, antes de 1990, em sua maioria, elas se encontravam em cidades paulistas. Apenas o estado de Minas Gerais contava com fábricas da Fiat em seu território (figura 01)<sup>7</sup>.

A partir da década de 1990, contudo, inicia-se um novo momento para o setor automobilístico brasileiro com o processo de abertura e reestruturação econômica iniciado pelo governo Collor. Entre as principais medidas implantadas pelo governo federal naquele momento destaca-se a adoção de um conjunto de políticas industriais e de comércio exterior fundamentadas em princípios neoliberais, como a abertura comercial e a desregulamentação do mercado interno, incluindo o financeiro (BOTELHO, 2000). Os impactos para a indústria automobilística foram grandes, uma vez que, no período anterior, de “substituição de importações”, a reserva de mercado garantia os altos níveis de lucratividade e era possível, devido à falta de competitividade, manter uma organização produtiva com maquinaria obsoleta, fora dos padrões de produtividade internacionais.

---

<sup>7</sup> O autor privilegia em seu estudo a análise da indústria automobilística de veículos leves. A indústria automobilística de veículos pesados inclui a fabricação de caminhões, ônibus e máquinas pesadas. A Volvo, fabricante de caminhões, já estava instalada em Curitiba (PR) e as principais indústrias de máquinas agrícolas se instalaram no Rio Grande do Sul. Contudo, isso não diminui a atração das indústrias do setor automobilístico para São Paulo, o que pode ser observado na figura 01.



**Figura 01 – Localização das indústrias automobilísticas antes de 1990 (veículos leves)**  
Fonte: Silva (2002, p. 66).

Para Alves (2005), essa abertura econômica força ainda mais a indústria automobilística brasileira a implantar o processo de reestruturação produtiva e a adaptar-se ao novo padrão de racionalização da produção e do trabalho, de acordo com os parâmetros internacionais. Logo em seguida, com o Plano Real, em 1995, empresas como a Ford e a Volkswagen passaram a rever suas estratégias industriais e realizaram novos investimentos no intuito de se prepararem para enfrentar as condições de concorrência no mercado mundial, determinadas não apenas pela abertura econômica do governo Collor, mas também pelo estabelecimento do MERCOSUL. Para o autor, nesse momento, tem-se a manifestação da crise de acumulação do capital, que se expressa com a crise de superprodução de mercadorias, que segue a lógica da produção destrutiva. “A tendência mundial é a instalação de novas linhas de montagens da indústria automobilística nos países emergentes, tais como Brasil e China, particularmente em virtude da estagnação da demanda nos países capitalistas centrais.” (ALVES, 2005, p. 181). Esse processo reflete uma clara expressão das ordenações “espaço-temporais”, descritas por Harvey (2009) como a forma que o capitalismo encontrou para superar os ciclos de crises de acumulação de capital.

Assim, a partir do Plano Real, em 1995, ocorre uma retomada dos investimentos da indústria automobilística no país (gráfico 01), mediante novas estratégias produtivas. O Regime Automotivo<sup>8</sup> incentiva a instalação de novas plantas industriais, mais modernas e avançadas e em outros lugares que não a RMSP e/ou a de Belo Horizonte, como, por exemplo, a fábrica da Volkswagen em Resende (RJ) e outras que preferiram se instalar nas Regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste. A busca de novas áreas é motivada, segundo Alves (2005), sobretudo, pela tentativa de recompor os padrões de flexibilidade do trabalho. Este é o caso da Mitsubishi Motors, que se instala em Catalão (GO), relativamente distante das áreas tradicionais da produção automobilística do país.

---

<sup>8</sup> O Regime Automotivo foi criado pelo governo federal em 1995 mediante a Lei nº 1.024 de 27 de dezembro de 1995 e a Medida Provisória nº 1.024 de 28 de dezembro de 1995. Seu objeto era ampliar e modernizar a capacidade produtiva da indústria automobilística no país, sobretudo mediante a atração de novos investimentos (*newcomer*). Entre os principais mecanismos utilizados pelos órgãos de planejamento estavam a renúncia fiscal através da isenção ou redução do Imposto de Importação.